

ATA Nº16

----- **Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 15 de dezembro de dois mil e vinte e três.** -----

----- Ao quinquagésimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelo(a)s senhor(a)s Maria Helena Marques e Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 22/09/2023;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 400.000,00 € – REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS – 2023;** -----

----- **PONTO TRÊS: PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) – 4.ª ALTERAÇÃO;**-----

----- **PONTO QUATRO: SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE 2023 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- **PONTO CINCO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO;** -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – ANO 2023;** -----

----- **PONTO SETE: IMPOSTOS MUNICIPAIS – DERRAMA – ANO 2023;** -----

----- **PONTO OITO: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – RENDIMENTOS DO ANO 2024;** -----

----- **PONTO NOVE: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP - ANO 2024;** ----

----- **PONTO DEZ: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2024.** -----

----- **PONTO ONZE: SAÚDE – PROTOCOLO DE ACORDO NO ÂMBITO DE APOIO A UNIDADES DE SAÚDE;** -----

----- **PONTO DOZE: SAÚDE – AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSC- 053/2023.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Marques, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Victor Fernando Santos Neto, Sérgio

Martins, Hermes Fernandes, em substituição de Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge e Sérgio Domingos, em substituição de Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, Diana Ferreira Julião e António Bastião, em substituição de Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS.

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Miguel Tarenta, em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Xavier Prior Neto, Bruno Julião e Rodrigo Capeloa. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhore(a)s Vereadore(a)s Sara Caladé, Maria do Céu Marques, Susana Gravato e Pedro Miguel Carvalhais Bento. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 22 de setembro de 2023.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. ---

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre vinte e cinco de setembro e 15 de dezembro de dois mil e vinte e três. Entretanto, informou que no início da sessão recebeu, da senhora Presidente da CPCJ, uma missiva relativamente à participação do membro desta Assembleia que foi nomeado, para participar nesta comissão, Rodrigo Capeloa. O senhor Presidente já teve a oportunidade de falar com o porta voz do grupo municipal do CDS para ver se é possível dirimir esta questão e resolver esta situação da participação do senhor Rodrigo Capeloa nas reuniões da CPCJ. Em relação às celebrações do 25 de Abril informou de que tem havido reuniões com os serviços da Câmara Municipal. As celebrações do 25 de Abril têm sido, tradicionalmente, organizadas pela Assembleia Municipal em conjunto com o Executivo Municipal e no próximo ano é assim que vai ser. Os 50 Anos do 25 de Abril serão os festejos do Município, organizados com os contributos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Entretanto, já se realizou uma reunião com os porta vozes dois grupos municipais e está a ser preparado um programa de excelência que irá dignificar muito o Concelho de Vagos. Em breve, quando as coisas

estiverem mais fechadas, serão dadas informações em relação ao programa, que irá decorrer todo o ano, e da celebração dos 50 Anos da Democracia. Relativamente ao processo de Agregação de Freguesias a Comissão da Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local entrou em contacto com a Assembleia Municipal, e com as respetivas Juntas de Freguesia que intentaram o processo de Desagregação, e solicitou mais elementos. Houve um convite ao aperfeiçoamento daquela proposta onde solicitaram elementos adicionais, ou seja, pediram que fossem enviadas projeções orçamentais, num mínimo de dois anos, para as Freguesias a criar. Este pedido ocorreu no passado mês de novembro e foi, desde logo, encetado o contacto com os três Presidentes de Junta de Freguesia, preparada toda a documentação e enviada à Assembleia da República. Hoje, o Gabinete do Presidente da Assembleia da República notificou a Assembleia Municipal a informar que recebeu a documentação e que esta foi remetida para os senhores Deputados que constituem a Comissão da Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local. Portanto, é sinal que as coisas, nesta área em particular, estão a andar e aguarda-se o desfecho deste processo. ---

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros Bruno Julião, Liliana Barreira, Hugo Jorge e Rodrigo Capelo. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediram para intervir António Fernando Jesus Leitão, João Luís Santos, Joaquim Rodrigues dos Reis e Joaquim Plácido. -----

----- **António Fernando Jesus Leitão** – O senhor António Fernando Jesus Leitão usou da palavra e referiu que está aqui em representação da Assembleia de Freguesia da Gafanha da Boa Hora para falar de quatro assuntos que já são do conhecimento da Câmara Municipal, uma vez que o Presidente da Junta já fez chegar algumas dessas reivindicações. No entanto, os membros da Assembleia de Freguesia acharam por bem trazer aqui essas reivindicações não passem despercebidas, porque consideram que existem ali alguns erros de obras. O senhor António refere-se àquela zona do Parque de Campismo, na ciclovia para sul da Gafanha da Boa Hora. Os membros da Assembleia detetaram alguns problemas nas águas pluviais, que ficam ali retidas, que terão de ter um outro tipo de solução. Aquela parte que antecede o restaurante, que está um pouco mais à frente, há ali uma bifurcação numa zona que é muito complicada, está muito atrofiada, não permite que o acesso dos carros à entrada seja fluente e, por isso, consideram que a situação carece de um outro tipo de solução. Em frente ao Café/Restaurante a situação também não está muito boa, devia encontrar-se outra solução. Entretanto, em relação à ciclovia o que foi transmitido na última reunião da Assembleia de Freguesia, pelo senhor Arlindo das Neves, é que aquela zona que vai entre o cruzamento até a ponte, que ocupou os estacionamento existentes, está previsto que a ciclovia ocupe a faixa de rodagem da ponte. Todos consideram que essa não é a melhor solução, porque vai atrofiar muito ali a parte da ponte, embora nenhum seja técnico, mas qualquer cidadão olha para aquilo e vê que não está bem. Por fim, o senhor António sugere a possibilidade

de aproveitar a parte do passeio da ponte para minimizar o efeito que é o atrofamento da via. Essa situação já aconteceu na via que vem da rotunda da enguia para os outros lados e a ciclovia atrofiou ali um pouco a estrada. -----

----- **João Luís Santos** – O senhor João Luís Santos usou da palavra e começou por lembrar o falecimento do Padre José Augusto, que passou pela vila de Vagos e por algumas Freguesias do Concelho, nomeadamente o Santo António. Em relação às ciclovias, há bem pouco tempo já havia referido a situação das canas que nasceram no alcatrão das ciclovias, e elas continuam lá, na ciclovia Vagos-Vagueira, como no Boco e no acesso à A17. O senhor João Luís sugere que se faça alguma coisa em relação a esta situação, para evitar que as canas apareçam nas vias. Quanto à ciclovia da Gafanha da Boa Hora considera que há um grande erro de construção naquela parte em frente ao Parque de Merendas, principalmente quando chove, porque a água acompanha toda a faixa de rodagem das viaturas, que está a danificar a parte toda do alcatrão. Essa situação devia ser corrigida o mais rapidamente possível. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e referiu que se associa a esta palavra de reconhecimento ao Padre José Augusto. Entretanto, lembrou também o desaparecimento de uma pessoa que fez parte desta Assembleia Municipal durante muitos anos e que defendeu sempre a sua Freguesia, o senhor Manuel Bogalho. Deixou uma palavra de reconhecimento pelo trabalho em prol da sua Freguesia e pela forma como sempre se dedicou à causa pública. -----

----- **Joaquim Rodrigues dos Reis** – O senhor Joaquim Rodrigues usou da palavra e expôs uma situação que causa incomodo há já bastante tempo. Há uns tempos foi colocado um rebanho num terreno em frente e de lado à sua casa e, na tentativa de resolver a situação, já correu diversos serviços e todos lhe apontam para a Câmara Municipal. Entretanto, enviou diversos e-mails, há um ano que anda nisto e ainda não obteve qualquer resposta. O senhor Joaquim não pode arejar a casa, não há condições devido a barulhos mau cheiros e moscas e, por isso, agradecia que alguma coisa fosse feita para resolver esta situação. -----

----- **Joaquim Plácido** – O senhor Joaquim Plácido usou da palavra e começou por informar de que teve o cuidado de entregar ao senhor Presidente da Câmara um documento com as perguntas que aqui vem colocar. Um dos temas que trazia para questionar já foi feito pelo senhor Fernando Leitão. Entretanto, agradeceu ao senhor Presidente da Mesa o reconhecimento ao senhor Bogalho que foi um Autarca de coração cheio e esteve sempre em defesa da causa pública. O senhor Joaquim Plácido deixou três agradecimentos à Câmara Municipal: o primeiro pelas instalações que proporcionou para o evento do Natal, colocando Vagos ao nível dos melhores Concelhos do País; o segundo por uma atividade incluída no programa do Animar o Verão, “O que eu Rolei para Aqui Chegar”, e é uma pena que este tipo de iniciativa, que transmitem tanto conhecimento e informação a tanta gente, não possa ser repetido ao longo do ano em outros locais; em terceiro ao Adjunto do senhor Presidente da Câmara, senhor Pereira de Moura, porque fez um pedido de esclarecimentos sobre Resíduos Biodegradáveis, porque não se está a cumprir a lei, e ele respondeu-lhe com a rapidez possível. Em relação aos monos colhidos pela via alternativa estão a

ser colocados alguns por detrás da Casa do Povo da Gafanha da Boa Hora. O senhor Plácido não sabe se está previsto algum plano estratégico para isso ou se vão ficar ali. Como é que está previsto fazer o tratamento dos monos que vão sendo recolhidos, e muito bem, através da via alternativa? Perguntou. Entretanto, o senhor Plácido consultou o Portal da Transparência e a taxa de crescimento emigratório no Concelho de Vagos, como o senhor Presidente deve saber, é de 1.7. Ao senhor Joaquim, que vive na Gafanha da Boa Hora e anda por ali muitas vezes, parece-lhe que esta número não está correto. Mas mais que não estar correto, e por ser uma pessoa que valoriza muito os emigrantes, porque são muito importantes para o tecido empresarial, para a taxa de desemprego e para a Segurança Social, e que o preocupa é se eles estão a viver em casas dignas ou se estão a viver muitos na mesma habitação. Questiona se há algum plano, por parte da Câmara Municipal, por parte dos serviços sociais que tenha um levantamento do estado em que essas pessoas vivem, se há alguma economia paralela no pagamento de rendas e se estão com contratos devidamente assinados. Um outro ponto que referiu prende-se com as responsabilidades da Câmara Municipal e tem a ver com o planeamento de oferta educativa e transportes. O senhor Plácido leu num jornal que na Escola Secundária de Vagos, em seu tempo, os alunos fecharam o Estabelecimento de Ensino por falta de condições. O que pergunta é se a notícia foi correta, porque uma das responsabilidades da Câmara Municipal é a segurança dos equipamentos educativos. Outra consulta que fez, também no Portal da Transparência, foi acerca do PRR e nesse âmbito perguntou se no Concelho de Vagos as candidaturas de 4,8 milhões o valor pago, à data que viu, era de um milhão e cem mil euros, os beneficiários eram 386 e os processos 320. O senhor Joaquim Plácido quer confirmar com o senhor presidente se isto é verdade. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Entretanto, começou por se associar aos votos de pesar que aqui foram apresentados pelo falecimento do senhor Padre José Augusto e do senhor Manuel Bogalho. Em relação às questões colocadas pelo senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, que já tinha chegado à Câmara Municipal através da sua Secretária, a Câmara Municipal acolheu e o que têm a informar, desde já, é que a obra ainda não está concluída. As avaliações só se fazem no final, pesa embora se for verificado que se está a cometer algum erro corrige-se, e isso já se fez por diversas vezes. Todas as situações que o senhor António Leitão apontou estão a ser analisadas pela equipa que está a acompanhar a execução da empreitada. No que diz respeito às águas pluviais já todos verificaram isso e vai iniciar-se uma intervenção para resolver parte dos problemas. No entanto, essa rua irá levar saneamento e por força de algumas questões que têm a ver com a articulação entre a rede de saneamento em alta e a rede de saneamento em baixo, provavelmente, o projeto de saneamento da Gafanha da Boa Hora irá andar um pouco mais rápido. A Câmara Municipal irá iniciar na Gafanha da Boa Hora, e nessa estrada em particular, uma intervenção com alguma brevidade. Nesse sentido ter-se de articular os trabalhos para não estar agora a gastar dinheiro para depois ser estragado daqui por algum tempo. terá de se conciliar tudo isto para que no final se encontre uma solução que agrade a todos e sirva os cidadãos, que é aquilo que mais importa. Se no fim da

obra houver alguma coisa que não tenha ficado bem, que se entenda deve ser corrigida, tudo se fará para que fique resolvida. Todas estas recomendações já haviam sido feitas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora. Relativamente às canas nas ciclovias, são uma espécie que é difícil acabar com ela, é uma praga, vão nascendo em tudo o que é sítio. Há sítios onde a Câmara Municipal pode fazer alguma intervenção, mas está a evitar usar algumas substâncias químicas, nomeadamente os glifosatos o que torna tudo mais difícil. Entretanto, o senhor Presidente, tal como havia prometido na sessão anterior, tem presente um relatório que gostaria de dar conhecimento à Assembleia Municipal e que tem a ver com as questões levantadas pelo senhor João Luís Carramão, noutras Assembleias, em relação à extração de areias. A Câmara Municipal levantou nos últimos anos foram levantados vinte e oito processos de contraordenação. A maior parte deles ainda estão em tramitações, dezassete, foram findos quatro, um deles teve diligências instrutórias está em curso, três foram alvo de impugnação judicial, em que um foi a confirmação da decisão da Autarquia e dois foi dada razão aos arguidos, e dois estão em execução fiscal. É bom que se tenha noção do trabalho que a Câmara Municipal tem feito no que diz respeito às areias. Quanto à questão do senhor Joaquim Reis, sobre o rebanho, oficialmente o senhor Presidente da Câmara não tinha conhecimento, mas a senhora Vereadora tinha e o assunto está a ser acompanhado. Segundo informação que a Autarquia dispõe é que o rebanho está autorizado pela Direção Geral de Veterinária. Contudo, está já agendada uma reunião para dia vinte com o senhor Joaquim onde se poderá depois explicar melhor e com mais pormenor a situação e tentar perceber melhor qual é o papel da Câmara Municipal neste processo. A Câmara Municipal tem algumas competências em algumas áreas de fiscalização, noutras não tem. No caso concreto de veterinária tem algumas competências através da Médica Veterinária, mas existem outras competências que estão na DGAV e ter-se-á de se articular com essa entidade. A brincagem e registo dos animais é feita pela DGAV e se o rebanho está autorizado terá de cumprir as normas/regras urbanísticas. Quanto às questões do senhor Pires Plácido, em relação ao “Vagos, o Nosso Natal” é caso para dizer tarde, mas chegou. Este ano houve aqui algum atraso por força de circunstâncias diversas, coisas que por vezes acontecem, e a questão da iluminação demorou mais do que é normal. Em relação à programação do “Vagos, o Nosso Natal,” estava já prevista para dia dezasseis de dezembro e é isso que irá acontecer, ou seja, amanhã às dezasseis horas será a abertura oficial da iniciativa com a chegada do Pai Natal. No que respeita à recolha de resíduos é uma questão bastante pertinente, por várias razões. O País tem que cumprir determinadas metas que não vai cumprir, já é claro para todos, e está a ser feita uma tentativa de esforço que é completamente contraproducente. Só para se ter uma ideia, o custo com o tratamento dos resíduos sólidos urbanos subiu, de dois mil e vinte para dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro euros a tonelada, mais onze euros de taxa de resíduos, para cerca de cem euros a tonelada. Portanto, está-se a falar de uma brutalidade. Como se sabe, uma parte circunstancial dos resíduos são orgânicos, mas é preciso ter capacidade para fazer a recolha e, sobretudo, é preciso que depois as entidades que fazem o tratamento tenham capacidade para o tratar. Não vale a pena a Câmara Municipal andar a fazer um esforço de recolha separado se

depois aquilo for para juntar tudo. A grande questão aqui que o Estado está por um lado, através de impostos, a cobrar um montante brutal, através da TGR, que é de vinte e cinco euros, e para o ano, já está a ser discutida a tarifa na ERSUC, passará para setenta e cinco euros a tonelada, ou seja, cem euros a tonelada e não está a ser referido os quarenta euros a tonelada que custa a recolha. Portanto, cada tonelada de lixo que se tira do Concelho para levar para a ERSUC custa aos municípios cento e quarenta euros a tonelada. O esforço tem de ser feito, ao nível da recolha de resíduos orgânicos a um de janeiro ir-se-á arrancar com o projeto piloto aqui na vila de Vagos. Já chegaram dois compostores coletivo, vão ser distribuídos baldes de recolha de compostagem pelas famílias. Um dos objetivos é reforçar as questões da sensibilização, porque uma pessoa que vive numa moradia que tem um quintal não precisa de estar a fazer a recolha dos resíduos orgânicos, ela própria pode fazer a sua compostagem. Tem que haver sensibilização. No ano passado nas escolas fez-se uma distribuição de mini-ecopontos por todos os alunos do primeiro ciclo e este ano ir-se-á continuar com essa campanha distribuindo aos alunos do 1ºano, porque no ano passado estavam no pré-escolar. O objetivo desta campanha é que esses em casa façam a separação dos resíduos para depois levarem, porque esses resíduos que são separados, que são os recicláveis, não custam os tais cento e quarenta euros a tonelada. Para a Autarquia é uma vantagem mesmo que não tenha retorno financeiro. Em relação à taxa de crescimento os valores que estão no Portal da Transparência não são corretos e nem há forma de os aferir. Só há uma forma de os aferir, é todos os anos e no final do Ano INE faz uma recolha e o tratamento dos dados é feito no final do ano comparativamente com o censo dois mil e vinte e um. Comparativamente com o censo dois mil e vinte e um os números que o senhor Presidente tem são os de dois mil e vinte e dois que traz mais setecentos e tal cidadãos estrangeiros, e que neste momento serão muitos mais do que isso. Há aqui alguns fatores de preocupação, a habitação é um deles. Aliás, está aqui presente uma munícipe que já colocou questões que têm a ver exatamente com isso, porque, entretanto, há tentativas de se criarem soluções que não são dignas para quem nos visita. A obrigação de um Município é acolher bem quem vai receber, porque é positivo, uma vez que são casais jovens com filhos que vão para a escola, pessoas que se fixa no Concelho, que trabalham, que são mão de obra, que descontam para a Segurança Social, que estava num desequilíbrio brutal e que agora, graças aos imigrantes está novamente a ter algum equilíbrio. Por exemplo, a Câmara Municipal aprovou em reunião de Câmara, a título de norma excecional, que todos os alunos que o Concelho recebeu, que são estrangeiros, que ainda não tenham autorização de residência, ainda assim possam candidatar-se a apoios sociais e é-lhes atribuído o escalão correspondente, que normalmente é o escalão A, por não terem ainda rendimentos. Este ano há menos duzentos alunos no escalão A, porque passaram para o escalão B, e também menos alunos no escalão B, o que quer dizer que deixaram de ter subsídio, e isso quer dizer que se adaptaram, que têm rendimentos e por isso não precisam de ser apoiados, e isto é que é acolher bem. O senhor Presidente não é daqueles que acha que o País tem de estar de portas abertas a todas as pessoas que vêm, mas também não é do que acha que o País tem de estar de portas fechadas. É, sim, daqueles que está de acordo que haja portas abertas para acolher quem quer vir

para trabalhar, para contribuir positivamente para Portugal, da mesma forma como os portugueses fizeram nos países onde foram acolhidos há uns anos atrás, e ainda hoje. Quanto à questão da falta de segurança na Escola, o que aconteceu teve a ver com a greve dos professores, houve uma reafecção dos recursos, por parte do senhor Diretor. Aquilo que o senhor Plácido referiu não é inteiramente correto, ou seja, a Câmara Municipal não é responsável pela segurança. A Câmara Municipal tem competências na área da Educação, mas do muro da Escola para dentro quem manda é a Direção do Estabelecimento de Ensino, embora a Autarquia vá acompanhando todos os assuntos. A Câmara Municipal tem uma boa relação com o Agrupamento de Escolas de Vagos, com a Associação de Pais, participa sempre nos Conselhos Gerais e procura sempre saber como está a atividades das escolas do Concelho. Aquele foi um momento com alguma dinamização, até pelo contexto que existe neste momento de protesto contra a falta de condições na educação, mas parece não ter existido nenhum problema de falta de segurança. O que aconteceu foi uma revolta por parte dos alunos relativamente ao momento e às circunstâncias, e a Câmara até se associa a essa revolta, mas o importante é os alunos terem aulas, porque já basta de greves. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **António Bastião**: O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que o CDS também se associa ao falecimento do senhor Padre José Augusto e do senhor Manuel Bogalho. Entretanto, felicitou a Organização do “Trail – por Terras Fontes e Lobos” e do “Trail de São Martinho, pois são atividades a serem repetidas, correrem muito bem. O senhor António deixou uma chamada de atenção em relação ao Posto Médico de Soza, isto é, chove lá dentro e há humidade que vem do telhado, provocando infiltrações e curtos circuitos. Estas são situações muito embaraçosas e complicadas, assim como o aquecimento não funciona. A nível de recursos humanos havia lá uma médica que, entretanto, foi destacada para outro sítio e neste momento há falta de um recurso o que está a causar alguns constrangimentos. -----

----- **Arlindo das Neves**: O senhor Arlindo das Neves usou da palavra para esclarecer uma situação relativa aos monos na sua Freguesia, Gafanha da Boa Hora. A situação não é fácil, o senhor Arlindo assumiu toda a responsabilidade do levantamento dos monos, aqueles que querem entregar na Junta de Freguesia, no Estaleiro ao lado da Casa do Povo, o local esteve, e está sempre aberto a todos. Neste momento, mais controlado, porque tem falado com os serviços da Câmara Municipal, na pessoa da Eng^a Sónia, para controle daquilo que é lá depositado. Têm levantado os monos, todo o material, desde eletrodomésticos a outros utensílios de cozinha, mas começaram a levar para lá materiais que não deveriam. O senhor Arlindo tem estado em conversações com o Ambiente e com a Eng^a Sónia para resolver a situação, porque tem de contratar uma firma certificada, e a Junta de Freguesia assumir as despesas, para retirar os monos, por levarem para lá materiais que não devem e não há forma de fiscalizar a situação. As pessoas vão pelas traseiras e deixam. A Junta de Freguesia já colocou lá uma placa e referir que é proibido despejar entulho e lixos e colocou um cadeado, por forma a controlar melhor a situação.

Agora, começaram a colocar os lixos, como colchões, por exemplo, pela mata. Esta é uma questão muito difícil de resolver e só quem está metido nisto é que sabe valorizar. O senhor Arlindo tem assumido a responsabilidade, mesmo com materiais muito perigosos que colocam lá, pela calada da noite, e tem tido alguns problemas. Não é fácil, a Câmara Municipal tem ajudado muito para solucionar o problema, mas é muito complicado. Em relação às pessoas que estão na Freguesia de Gafanha da Boa Hora a Câmara Municipal está com um ótimo programa, disponibilizou uma técnica para estar lá à quarta-feira. As pessoas que estejam interessadas basta contactarem o senhor Arlindo que ele encaminha-as para o atendimento às quartas-feiras. Caso surge uma urgência o senhor Arlindo disponibiliza o contacto da Câmara Municipal. As coisas têm estado a funcionar muito bem. Há alguma dificuldade que há na angariação de alguns equipamentos e, por isso, deixa um pedido, se alguém tiver uma cama de casal ou duas, que possam disponibilizar, estão a ser muito precisas para um casal de argentinos. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para abordar três questões. A primeira prende-se com o pagamento dos acordos, que estão atrasados, e para as Juntas de Freguesia este cumprimento é fundamental, pois dependem bastante montante, e pede que se regularize a situação o quanto antes. A segunda questão prende-se com o Vagos Metal Fest, que, por norma, costuma ter associado um relatório com um balanço, para dar conhecimento, e pergunta se ainda vai ser feito e se já há um balanço deste ano. Por último, referiu-se à eleição de um representante das Juntas de Freguesia, feita na última sessão da Assembleia Municipal, para o Congresso para a Associação Nacional de Municípios Portugueses e gostaria de saber se é possível fazer-se algum balanço relativo a alguma temática de interesse para as Juntas de Freguesia. -----

----- **José Martins:** O senhor Deputado José Martins usou da palavra e começou por falar da Junta de Freguesia de Soza, ou seja, sobre os passeios de Fontão-Salgueiro que há muito tempo estão para serem executados. Neste sentido, solicita ao senhor Presidente de Câmara fizesse um esforço para que este problema se resolva, porque já lá vão alguns meses. Outra situação, aqui em Vagos, continua-se a ver camiões em sentidos proibidos. O senhor deputado não sabe se a boa sinalização que existe é suficiente ou se será preciso mais alguma solução, mas é bastante aborrecido ver camiões daquela dimensão em caminhos tão estreitos. A rua que vai para o Lombomeão, na saída do BPI, continua a ter um trânsito de pesados que a estrada não suporta, mas não é só isso, as pessoas que aqui vivem também já não conseguem aguentar isto. É muito camião, tem de se arranjar uma solução urgente. Entretanto, está-se em época de Natal, Vagos está a ficar bonito e o senhor deputado gostava de perceber como é que têm sido os últimos tempos do Museu do Brincar, isto é, se tem havido uma boa adesão, se houve alguma quebra, pelo facto de ter mudado de instalações, um *feedback* daquilo que é o novo Museu do Brincar. Por último, o senhor Deputado Óscar Gaspar em tempo disse aqui nesta Assembleia que a estrada da Fonte era um local excelente para os meninos jogarem à bola, porque andava há meses sem se poder circular naquela estrada. Hoje, o senhor Deputado José Martins, pergunta onde jogam a bola essas mesmas crianças que poderiam jogar naquela altura. -----

----- **Juan Carlos Martins:** O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por questionar o ponto de situação da ligação da rotunda de Santo André à zona industrial de Vagos. Já se falou aqui muito, hoje, da questão dos lixos e dos monos. O grupo municipal do PSD também já alguns orçamentos tem proposto o Centro de Recolha de Lixo e Monos, e como não teve oportunidade de encontrar neste orçamento, pergunta se é em dois mil e vinte e quatro que se vai dar início a esta obra, proposta feita há já alguns anos. Outro assunto que costuma trazer aqui por diversas vezes, o embelezamento das rotundas, que são o cartão de visita de Vagos, para quando desenvolvimentos nestes locais, nomeadamente em Soza e Sanchequias. Por fim, no que respeita à estrada Rines-Sanchequias, que estará terminada há uns dois ou três anos, está com muitos defeitos, os sinais que tinham as baterias voltaram a desaparecer. Em que ponto é que está esta questão, ou seja, a pista ciclável também já não é vermelha em alguns sítios, é preta. O senhor Deputado quer saber se há alguma discussão sobre este assunto e a reparação desta via. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referindo-se à praia da Vagueira lembrou que o Multibanco lá existente encontra-se, há bastante tempo, com problemas de funcionamento. Ainda hoje de manhã manifestava alguns problemas de funcionamento, estava inutilizável. Esta situação causa alguns constrangimentos ao comércio na Vagueira, nomeadamente àqueles que costumam fazer despesas mais pequenas, como as barracas de fruta, os cafés, o mercado do peixe, as barracas de faturas e tripas. As pessoas da Vagueira, e do Concelho de Vagos, afastam-se um pouco da praia vão levantar dinheiro, voltam continuam a sua visita, mas as pessoas que visitam a praia da Vagueira não o fazem, porque para levantar dinheiro têm de se afastar e já não voltam e gastam o dinheiro noutra sítio. Numa zona tão turística acaba por causar alguns constrangimentos, naquela que é uma localidade que vive muito do turismo. Em relação à sinalização de trânsito, ainda na praia da Vagueira, na Rua Padre Alípio Gomes de Melo, que numa das pontas tem de um lado a Churrasqueira Vitó e do outro lado o Restaurante MARE, tinha um sinal de STOP e uma placa de proibido de virar à direita, porque a rua dos restaurantes é de sentido único. Para as pessoas que conhecem a zona é capaz de não fazer muita falta essa sinalização, mas para quem não conhece já faz e causa ali um grande problema de segurança rodoviária. Agora na Freguesia de Calvão, a rua Padre Batista, sobretudo naquele segmento logo após o Centro de Dia e que vai quase até ao cruzamento que, virando à esquerda, vai ter ao Campo Padre Batista, é uma via apertada com graves danos de um lado e do outro e com uma série de curvas. Muitos dos alunos que vão para o Colégio deslocam-se de bicicleta e qualquer dia poderá surgir ali um acidente grave, porque os carros tendem-se a afastar da Berma da estrada, porque a estrada está esburacada. Se o objetivo é promover o uso da bicicleta como meio sustentável, por fazer bem à saúde e promover a prática da atividade física não se pode causar perigo para aqueles que a utilizam. Portanto, está na altura de tomar uma atitude mais séria, sinalizar devidamente esse problema para que venha a ser resolvido com brevidade. Por último, o Partido Socialista também se quer associar aos votos de pesar que aqui foram feitos ao senhor Padre José Augusto e ao senhor Manuel Bogalho. -----

----- **Sidónio Sansana**: O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que no dia dez de novembro foi apresentado, praia da Vagueira, com popa e circunstância, em cerimónia pública, o pomposamente designado “Estudo de Monitorização e Viabilidade do Quebra-Mar Destacado Multifuncional em Frente à Praia da Vagueira”. O estudo custo trezentos e vinte e cinco mil euros, com participação comunitária, mas como muitas vezes acontece, “quando se conta com as coisas nas entranhas da galinha”, os técnicos divulgaram que a solução não é eficaz, não serve, e tem de se aceitar. Numa zona onde se autorizaram construções, com licenças de habitualidade, e se cobram impostos, a centenas de construções, é preciso realmente pensar em qualquer coisa que tenha de ser feito para proteger as mesmas. Este não é só um problema do Município de Vagos, é um problema que há em toda a Costa, e de alguma forma a CIRA devia ter uma atuação regrada sobre este assunto, mas o senhor Deputado não sabe o que é que está a ser feito de concreto nesta área e gostaria de saber. Ainda em relação, como se viu a Rede de Transportes Intermunicipais, com as confusões que houve no início, parece que alguma coisa não é feita com a ligação devida ao terreno, e que a CIRA não divulga bem a sua atividade. Há pouco tempo o senhor Deputado ouviu o Eng^o Ribau Esteves a falar em projetos, entre eles o denominado “Canil Intermunicipal”, e pergunta como é que isto irá ajudar a resolver os problemas com os animais errantes que já, por diversas vezes, se falou aqui. -----

----- **Andreia Marques**: A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e deixou duas notas. A primeira, e porque integra a CPCJ em representação desta Assembleia, quis dar nota do sucesso do evento que decorreu no passado mês de outubro e agradecendo a pareceria com o Município. A segunda nota diz respeito às alterações legislativas recentes que culminarão no início de dois mil e vinte e quatro com a criação das ULS’s. No que diz respeito ao Concelho de Vagos a senhora Deputada espera que a ULS da Região de Aveiro venha resolver alguns problemas, ou não, da situação que se encontram os serviços de urgências fruto dos últimos oito anos de Socialismo. -----

----- **Óscar Lopes**: O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que tendo conhecimento que vai haver vários Presidentes de Câmara candidatos às listas de Deputados a questão que gostaria de deixar é se a Câmara Municipal de Vagos vai ter o seu Presidente candidato nas próximas eleições, ou não. -----

----- **Albano Gonçalves**: O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e começou por falar do Centro Escolar de Fonte de Angeão, porque as crianças molham-se na estrada que vai desde as duas entradas até ao hall. O senhor Albano está aqui em representação dos pais que se deslocam à Junta de Freguesia a fazer queixa, porque com as intempéries molham-se, atendendo a que ainda é uma distância de cem metros o caminho a percorrer. A sugestão é fazer-se uma cobertura para poderem passar sem se molhar. De seguida referiu-se às obras de saneamento na Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. Em Fonte de Angeão e Parada de Cima já estão resolvidas, deixando os parabéns à empresa Carlos Pinho pelo bom desempenho das obras, apenas lembrou que junto ao viaduto de Calvão a estrada deu-se, cerca de duzentos metros, é preciso reparar a situação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**: O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia Municipal. Em relação ao PRR os dados são impercetíveis, tem projetos que são municipais, projetos que são públicos e projetos que são privados. A Câmara Municipal tem agora a possibilidade de fazer duas candidaturas ao PRR das Unidades de Saúde de Ponte de Vagos e de Soza. O senhor Presidente não consegue decifrar os dados referidos. A questão dos monos e da recolha dos resíduos de sólidos urbanos, genericamente, são um problema. Por enquanto o que existe no Concelho é a recolha dos monos feita na casa das pessoas. Este projeto que a Câmara Municipal tem com as oito Juntas de Freguesia, e que vai ao encontro daquilo que o senhor Deputado Juan Martins aqui referiu, de ter os ecocentros ou de postos de recolha de vários resíduos já está a ser feito. O que acontece é que as Juntas de Freguesia recolhem num determinado espaço e depois esse lixo é encaminhado para a ERSUC mediante a sua classificação. Agora, continua a haver muita insensibilidade e as pessoas continuam a deitar lixo em tido o que é sítio, continuam a utilizar mal os contentores, continuam a pôr verdes no contentor, plásticos e caixas de papelão sem serem espalmadas. No âmbito da transferência de competências a Câmara Municipal tem as técnicas de ação social, que vão às Juntas de Freguesia fazer os atendimentos, que vão fazendo o acompanhamento destas questões sociais de pessoas migrantes, ou seja, de pessoas que já cá residem. Há até alguns dados interessantes, que têm a ver com o regulamento de apoios sociais do Município. Pela primeira vez, desde que existe o regulamento, a Câmara Municipal prestou esta semana um apoio a uma habitação, ou seja, uma família que está a adquirir uma casa, tem dificuldades, e foi através deste regulamento que foi possível esta ajuda. O apoio para estudantes universitários, o CHEGA faz uma proposta para ser incluída no orçamento para 2024 por forma a atribuir prémios de mérito, mas mais importante que isso é dar estabilidade a quem não a tem, neste momento, já são três os alunos do ensino superior que têm apoio social da Autarquia. Estas áreas têm de ser apoiadas e este regulamento, que é ainda tão recente, aprovado há poucos meses aqui neste Assembleia, já está a sortir efeito na vida das pessoas. Nesse tipo de apoios não é precisar gastar um montante muito elevado e, por vezes, com montantes na ordem dos mil euros resolvesse-se um problema a uma família e é isso que a câmara Municipal tem procurado fazer, procurando estar atenta e resolver caso a caso. Em relação aos acordos de transferência de competências não foi feito o pagamento este mês e tem uma razão específica, ou seja, a Câmara Municipal está, nesta fase final do ano, a concentrar todos os pagamentos na área dos fundos comunitários. A Autarquia tem até trinta e um de dezembro para liquidar tudo o que são obras financiadas, porque tudo o que for liquidado será pago à Câmara Municipal. Portanto, está a fazer-se um esforço de tesouraria e a apostar tudo no pagamento de obras comunitárias para, depois, em janeiro ter uma disponibilidade financeira mais elevada para depois efetuar os pagamentos às Juntas de Freguesia. Neste momento, a Autarquia já ultrapassou os vinte milhões de euros de receita, quase nos vinte e um milhões de euros, graças aos recebimentos e pagamentos que estão a ser feitos de obras de fundos comunitários. No dia de ontem chegou uma comunicação de que até ao final do ano irão ser transferidos cerca de oitocentos e tal mil euros da obra do Palacete, o

que é uma excelente notícia para a tesouraria. O senhor presidente deixou aqui o compromisso público que durante o ano de dois mil e vinte e quatro poder-se olhar para o acordo de competências, porque este foi feito numa altura com determinados custos e hoje os custos são outros e, por isso, ir-se-á ver da possibilidade de um reforço financeiro. Quanto à questão do Vagos Metal Fest o senhor Presidente não consegue responder neste momento, mas irá procurar saber e depois dará a resposta. Relativamente ao Congresso da ANMP foi eleito um representante da Junta de Freguesia, porém esta iniciativa não é para discutir especificamente os assuntos das Juntas de Freguesia e sim os dos Municípios. Para isso existe a ANAFRE, que é a Associação Nacional de Freguesias. Os assuntos discutidos são gerais e foi tudo um pouco inócuo, porque, entretanto, caiu o Governo e há uma série de compromissos assumidos que agora já não irão ser cumpridos. O que se espera é que um outro Governo cumpra melhor e mais aquilo que são os compromissos com as Autarquias Locais. No que respeita aos passeios Fundão – Salgueiro é um compromisso que o senhor Presidente tem com o senhor Presidente da Junta de Soza para o ano de dois mil e vinte e quatro. Ainda este ano, já começou, ou vai começar, num troço mais curto, entre o Largo da Árvore e o cruzamento para a escola. A Câmara Municipal quer fazer as coisas bem feitas e depois, obviamente, isso causa alguma pressão. Não é feito nenhum alcatroamento sem ter as águas pluviais devidamente feitas e os lancis colocados. Depois de se fazer isto as pessoas querem os passeios feitos. Em relação aos camiões em sentido proibido, o camionista que por estes dias o fez foi duplamente multado, e bem, porque passou dois sentidos proibidos. Até janeiro do próximo ano irá ser feita uma reorientação do trânsito pesado nas ruas de Vagos, irá ser colocada sinalização que depois poderá ser respeitada ou não. A ideia da Câmara Municipal, e já está neste momento desenhada, está na fase de aquisição dos sinais, para tirar todos os camiões da Rua da Banda Vaguense e da Rua Padre Vicente Maria da Rocha, até porque esta última no próximo ano irá entrar em obras. Neste momento, está-se a finalizar o projeto em conjunto com a AdRA para requalificar toda a estrutura de rede de água e saneamento, desde o BPI até ao final do Lombomeão, e depois fazer o alcatroamento dessa rua, tal e qual como se fez com a Rua da Fonte. Já antecipando um pouco isso vai ser desviado o trânsito pesado para a Rua de Cantanhede, Rua das Matas e Rua dos Cardais. Não é a alternativa perfeita, porque irá incomodar as pessoas dessas ruas, mas enquanto não houver a ligação da A17 à zona industrial de Vagos foi o que melhor se conseguiu, porque não há soluções perfeitas. Em relação à ligação da A17, neste momento, já há quatrocentas e cinco parcelas de terrenos com acordo, das quatrocentas e sessenta e oito, estando a entrar na fase final de aquisição. A seguir será lançar o concurso, se não for na próxima reunião de Câmara será nas primeiras reuniões de Câmara de janeiro do próximo ano. Será lançado o concurso público de uma obra que segundo alguns partidos o projeto era uma folha A3, afinal havia muito trabalho e está muito já feito. Quanto ao Museu do Brincar todos os dados estão na informação do Presidente, mas o balanço, além dos números apresentados que são bastante claros, é extremamente positivo até na utilização daquele espaço. Agora há um outro desafio, e isso terá de ser analisado, que é se não será de manter o Museu do Brincar no espaço onde está e arranjar outras soluções para o espaço no Palacete que

estava reservado para o Museu, sendo-se criativos com essas soluções, desde que estejam enquadráveis nos fundos comunitários. A obra do Palacete para além do financiamento de 1,8 milhões, que tem assegurado no Portugal 2020, que irão ser executados quase até ao fim, tem já assegurado no Portugal 2030, no acordo que há com a CIRA, mais dois milhões de euros. Portanto, será uma obra que terá um financiamento muito próximo dos quatro milhões de euros. O senhor queria ter o dossier terminado com toda a estruturação daquilo que foram os problemas do Palacete, mas não foi possível fazê-lo para esta sessão da Assembleia Municipal. No entanto, na próxima sessão já será possível trazer todo o dossier, ter-se-á o problema da obra do Museu concluído e depois far-se-á todos os trâmites legais com o Tribunal de Contas e tudo o que são as obrigações legais. Entretanto, o senhor Presidente referiu que se está muito perto de se ter uma conclusão respeitante à empreitada e que é algo que é bastante favorável para o Município, mas haverá tempo e oportunidade de falar sobre isso. Em relação ao embelezamento das rotundas, infelizmente, começou-se uma intervenção, mas houve um equívoco, a Câmara pensou que tivesse autorização para intervir na primeira rotunda na A17, em Soza, e afinal não tinha e teve de parar, foi logo chamada à atenção pela ASCENDI. Contudo, o embelezamento das rotundas é também uma prioridade para dois mil e vinte e quatro. Quanto à estrada Rines-Sanchequias está numa fase de liberação de caução, portanto, terá de se ir à obra, acompanhar a obra e tudo aquilo que não esteja bem e esteja na garantia o empreiteiro terá de fazer todas essas reparações. Agora, no que diz respeito ao ponto específico que o senhor Deputado Juan Carlos Martins falou, a pista ciclável estar muito preta, acontece porque os carros estacionam lá, o que não deviam, não é um problema do empreiteiro. Entretanto, o empreiteiro já tem estado a resolver algumas situações que têm surgido. Relativamente ao multibanco, da praia da Vagueira, não é um problema da Câmara Municipal, como já aqui foi dito imensas vezes. A única coisa que a Câmara Municipal fez foi dar a possibilidade a que um banco colocasse lá um multibanco, porque senão não estava lá. A Câmara Municipal tem feito o esforço de, sempre que chegam reclamações, avisar a Caixa de Crédito Agrícola, que é a entidade que gere aquele equipamento, e é o que as pessoas também tem de fazer, ou seja, fazer chegar o seu descontentamento com a situação a esta entidade. No projeto “Bairro Digital” uma das coisas previstas é, precisamente dinamizar as trocas comerciais e os meios de pagamento, embora todas as vendedoras de peixe e a vendedora de fruta têm multibanco e até MBWAY. Em relação aos buracos na estrada e sinais os senhores Vereadores tomaram conta da ocorrência. No que respeita ao projeto de estudo para o quebra mar destacado da praia da Vagueira este foi sugerido à Agência Portuguesa do Ambiente pela Câmara Municipal, precisamente para que o Estado não estivesse a fazer uma obra sem saber qual seria o seu efeito prático. Para não se estar a gastar dinheiro mal gasto fazem-se estudos. Este estudo foi elaborado pelo LNEC, Universidade de Aveiro e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tudo organismos do Estado, fez-se o concurso, fez-se o projeto e chegou-se à conclusão que nos últimos anos a Vagueira não tinha tido erosão, tinha tido acreção de areia. Neste momento na Vagueira há mais areia, porque a CIRA fez um projeto com o Governo, Polis Litoral, foi feito o reforço do Cordão Dunar, foi feita muita pressão para que fosse feita os xotes de areia, e foram

três milhões e meio de metros cúbicos de areia deitados ao mar para reforçar. Para reforçar o Cordão Dunar foi feito muito investimento na praia da Vagueira e que fez com que a Vagueira hoje fosse uma praia que já não vem nas notícias, e isto tem um impacto muito positivo. Quanto à questão da BUSWAY, está a funcionar muito melhor, do que outras que, entretanto, surgiram, e os erros estão a ser corrigidos. Relativamente à questão do senhor Deputado Óscar Lopes no dia vinte e nove de janeiro descobrirá, que é no dia que se entregam as listas no Tribunal. O senhor Presidente sempre tomou as suas decisões na política a pensar primeiro naquilo que é o interesse dos cidadãos e nunca tendo em conta o seu próprio interesse. Se tivesse em conta o seu próprio interesse há uns seis/sete meses atrás tinha aceite um convite que lhe foi feito para ir para a administrador executivo de uma empresa do setor público do Estado, e não o fez. A decisão que tomar até ao dia vinte e nove de janeiro será sempre a pensar no interesse dos cidadãos, e, portanto, tomará essa decisão de acordo com a sua consciência e convicto de que se for irá servir os cidadãos e deixará uma equipa perfeitamente capaz de aguentar o barco. Se não for ficará por cá cheio de vontade de trabalhar em prol dos munícipes que o elegeram, e também daqueles que não o elegeram. -----

-----**Albano Gonçalves:** O senhor Deputado Albano Gonçalves voltou a usar da palavra e referindo-se às obras de saneamento em Covão do Lobo informou de que estas não estão a correr muito bem, ou seja, as pessoas queixam-se muito por causa dos buracos. O senhor Albano não sabe se a Câmara Municipal pode fazer ali alguma pressão sobre o empreiteiro, porque já foi chamado à atenção e o que ele diz é que a culpa é da Câmara. Entretanto, em relação ao Posto de Saúde de Covão do Lobo realizou-se lá uma reunião, com o Dr. Pedro Almeida e uma médica que se comprometeram em ir para lá fazer meia tarde, mas hoje ninguém apareceu. O senhor Albano pergunta se há mais alguma decisão em relação a esta questão ou se não há nada e continua assim como está. -----

-----**Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta voltou a usar da palavra e referiu que há pouco quando falou da questão do multibanco sabia muito bem que a Câmara Municipal não tem responsabilidades nesse domínio. A intenção era só, mesmo, apelar à utilização da magistratura de influência para que o problema seja sanado. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à cobertura no Centro Escolar ficou registado. Quanto às obras de saneamento a responsabilidade não é da Câmara Municipal, o que acontece é que quando à condições climatéricas favoráveis a obra corre de uma maneira quando não são a obra corre de outra. Durante o mês de outubro, novembro e dezembro tem chovido bastante e isso implica com os trabalhos que estão a ser feitos. A Câmara Municipal ainda esta semana chamou à atenção do empreiteiro, porque vai de férias uns dias, para deixar algumas ruas intervencionadas e que tenham buracos muito grandes para que fiquem tapados. A obra é da AdRA. Contudo, não vale a pena esta aqui a enganar as pessoas, ou seja, já se sabe que uma obra pública, feita em espaço publico, causa desconforto às pessoas durante algum tempo. Depois de passar esse

tempo as pessoas ficam servidas e terá de haver aqui compreensão. Às vezes demora mais do que aquilo que era razoável, mas nem sempre corre como se quer. -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos”: -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. Entretanto, o senhor Presidente deu algumas notas adicionais. Ontem o senhor Presidente e a senhor Vereadora Sara Caladé estiveram na Cerimónia na Fundação de Serralves na incisão dos novos Fundadores, assinaram o Protocolo que foi autorizado aqui na Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Câmara também esteve hoje, e estava também o senhor Presidente da República, nas Comemorações dos 50 anos da Universidade de Aveiro para quem endereçou os parabéns. Felicitou o Professor Veiga Simão, antigo Ministro da Educação, que teve a coragem na altura de criar Universidades fora do ciclo de influências que era Lisboa, Porto e Coimbra. A todos os que passaram pelo Universidade de Aveiro e contribuíram para que ela fosse o que é hoje ficou um agradecimento especial. Relativamente à informação financeira, nestes dois últimos dias, sofreu uma grande alteração, ou seja, neste momento está-se quase nos 75% de taxa de execução do orçamento. Há uma série de receita que foi entrando e, portanto, até ao fim do ano ter-se-á de ir gerindo essa receita e executar tudo o que for possível de obras financiadas no Portugal 2020. Isto significa que a Autarquia está a trabalhar bem e a executar o quadro ao qual se candidatou. No que respeita ao Museu do Brincar os números são impressionantes, treze mil cento e sessenta e seis visitantes desde março até novembro, sendo que reabriu no dia doze de março e esteve encerrado durante o mês de setembro, e gerou trinta e cinco mil euros de receita que serve para ir pagando as despesas que se vão tendo todos os meses. Este foi um investimento muito bem feito e, portanto, aqueles membros da Assembleia Municipal que votaram a favor têm aqui a resposta positivo àquilo que foi o apoio que deram e os que votaram contra têm aqui a prova de que estavam, redondamente, enganados. -----

-----**Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e disse que no anexo 2, informação jurídica, no ponto dez, refere uma ação no valor de cem mil euros. O senhor Deputado pergunta a que tipo de litígio faz referência. No anexo 4, planeamento e obras públicas, refere dois pontos quanto à receção definitiva parcial. Neste sentido, pergunta o que é que falhou para ter passado o prazo de garantia da obra sem que os defeitos tenham sido, atempadamente, indicados, para que os prazos tivessem sido ultrapassados sem qualquer tipo de reclamação. No anexo 6, desenvolvimento económico, quais são as empresas incubadas e o ramo de atividade das mesmas. Anexo 11, proteção civil, fala no trânsito de pesados, e o senhor Deputado apela à Câmara Municipal, quer seja diretamente ou através da magistratura de influência, que no cruzamento em Calvão, que liga à Ponte de Vagos e na estrada que dá acesso ao Colégio de

Calvão, junto aos semáforos, fossem colocadas placas sinaléticas a proibir o trânsito de pesados na Rua Padre Batista. Realmente existe uma placa, mas já é a caminho da Rua Padre Batista e muitas vezes os pesados entram nessa estrada e já não há volta de sair porque é um sítio complicado para fazer manobras. No anexo 3, ação social, refere que existem seis contratos de arrendamento a seis famílias ucranianas que cessam este mês. As perguntas é se esses contratos irão ser prorrogados, se essas famílias já foram devidamente autonomizadas, se não foram porquê e se passaram outras entidades a apoiarem essas famílias. -----

-----**Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por dizer que o que vinha questionar já foi parcialmente respondido, ou seja, que iria haver informação sobre o Palacete. Aquilo que considera estranho é que numa informação parcial que devia ser atualizada e não há lá qualquer nota, ao menos para se poder dizer aquilo que já foi aqui dito, hoje, verbalmente. O CHEGA, pela sua parte, irá continuar a insistir no tema, porque não aceita que venham a ser os vaguenses a pagar por um evento que terá rostos e responsabilidades por detrás daquilo que aconteceu. Seguidamente pediu esclarecimento, porque lhe pareceu que se vai ter aqui mais uma Ria Vagos, só que agora com outro nome Vaga SGPS, quinhentos e setenta e sete mil euros. Como é que este problema surgiu? Como é que se chega ao ponto de ter mais uma indemnização? Perguntou. Entretanto, também pediu esclarecimentos em outros processos que também envolvem indemnizações com valores elevados, como Santa Catarina, e se não se corre o risco de ter mais surpresas desagradáveis nesta matéria, mesmo contratando advogados do calibre do Dr. Montenegro. -----

-----**Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por associar o grupo municipal do PSD aos votos de pesar pelo falecimento do senhor Padre José Augusto e do senhor Manuel Bogalho. Relativamente a este ponto colocou uma questão que tem que ver com a situação financeira que decorre, ou seja, o financiamento de curto prazo de seiscentos mil euros será liquidado até ao final deste ano. Tem sido hábito nestas Assembleias de dezembro haver um ponto da ordem trabalhos para aprovação de um novo pedido de empréstimo a curto prazo. Desta vez isso não acontece e, por isso, o senhor Deputado gostava que o senhor Presidente prestasse os devidos esclarecimentos. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à sinalização de trânsito de pesados no cruzamento de Calvão, que fica na EN 109, terá de aguardar pela transferência de competências, que tarda em acontecer. A Autarquia quer muito resolver alguns problemas, nomeadamente a dos cruzamentos e da perigosidade rodoviária que representam, mas continua a aguardar pelo Governo. Quanto à questão jurídica, aquele é um processo que foi levantado, uma providência cautelar, que tem a ver com uma situação de rebaixamento de solos para uso agrícola à qual não foi concedida a prorrogação dessa licença para o ano de dois mil e vinte e três, porque surgiram uma série de queixas. A Câmara Municipal está a avaliar, ainda não tomou qualquer decisão, e o requerente veio interpor uma providência cautelar para que se tome uma decisão. A Câmara Municipal já respondeu à ação e agora aguarda ulteriores desenvolvimentos. No que respeita à ação social, as

seis famílias com contrato de arrendamento, que vieram da Ucrânia fugidas da guerra, terão o contrato renovado até março do próximo ano, ao abrigo do programa para refugiados. Algumas dessas famílias já estão autonomizadas e depois em março, se não houver mais nenhuma alteração, será feito o mesmo tratamento que é dado a uma família normal portuguesa. As pessoas estão a trabalhar, tem rendimentos e é feito um cálculo da renda em função do rendimento que têm e ficarão a pagar um valor. Para já até março será assim, as coisas estão asseguradas. Relativamente às empresas da Incubadora são das áreas de Marketing, Energias Renováveis, Produção Agrícola, Energia e Ambiente e Segurança Contra Incêndios e no Trabalho. Em relação ao Palacete o senhor Deputado Sidónio Sansana poderá continuar a fazer as perguntas que entender, são perguntas pertinentes. Tal como o senhor Presidente já o disse irá ser criado um dossier específico para que os membros da Assembleia Municipal possam consultar. O dossier será feito quando tudo estiver acertado, os documentos estiverem devidamente organizados e a solução. O projeto já foi concluído, já foi enviado para o empreiteiro para analisar e avaliar os trabalhos a mais e os trabalhos a menos. Tudo isso terá de ser enquadrado no Código da Contratação Pública, enviar para o Tribunal de Contas, o contrato ser visado e depois avançar-se. Depois de tudo isso feito haverá um dossier disponível para consulta às ordens do senhor Presidente da Assembleia Municipal. É só dirigirem-se à Câmara Municipal, marcar e podem consultar o dossier devidamente ordenado com toda a informação. Quanto à questão da Vaga SGPS é um processo muito antigo, com mais de doze anos, que teve uma execução sobre uma conta não orçamental da Câmara Municipal. As contas não orçamentais não podem ser mexidas, contabilisticamente há essa questão para resolver e essa informação consta deste documento desde que este Presidente de Câmara preside. A questão tem vindo a ser tratada com os revisores para fechar esse assunto. Não teve a ver com nada destes mandatos. A Vaga SGPS era uma empresa que tinha um crédito sobre uma outra empresa e executou os créditos dessa empresa e parte dos créditos era uma sentença judicial a favor dessa outra empresa. Foram às contas não orçamentais da Câmara Municipal que é uma conta onde não se pode mexer. E sim, desde que a Câmara Municipal tem advogados, e o Dr. Luís Montenegro já não é advogado da Câmara Municipal, nem nunca representou a Câmara Municipal em nada, mas era sócio da empresa que tinha a sociedade, processos grandes não perdeu mais nenhum, inclusive ganhou o processo do Parque de Campismo ondem haviam pedido uma indemnização de cinco milhões de euros. Quanto à questão do senhor Deputado Nuno Moura não haverá empréstimo de curto prazo este ano. No ano passado havia prometido que se o custo do dinheiro ficasse mais caro, e se essa operação ficasse demasiado cara, a Câmara Municipal não iria recorrer a esta solução e, portanto, foi isso que fez. O que irá fazer é contrair um empréstimo de médio e longo prazo para uma obra, mas nisso falar-se-á no ponto seguinte. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte horas e trinta e sete minutos, deu entrada na sessão o senhor Deputado Óscar Gaspar. -----

-----**Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta voltou a usar da palavra e esclareceu que a questão que referiu há pouco encontra-se no início da primeira página do anexo 4,

planeamento e obras públicas. São dois pontos muito semelhantes, eventualmente até será uma repetição. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que o que ali diz é que foi feita a receção definitiva e não havia defeitos. Há dois tipos de garantia: um é para os equipamentos, dois anos; outro para elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas, cinco anos. Entretanto, verificou-se que não havia qualquer problema para fazer a receção e fez-se a receção definitiva. -----

-----**Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que esta informação do Presidente é bastante surpreendente, nomeadamente porque não toca em nenhum elemento essencial. É um bocadinho estranha. Já foi aqui levantada a questão do Palacete Visconde de Valdemouro, não há nenhuma referência, nem no texto inicial nem em nenhum dos anexos. Não há referência à maior parte das atividades que decorreram. Há uns meses o senhor Presidente da Câmara estava muito abespinhado sobre a questão da educação e da saúde e não há qualquer referência a uma ou a outra. Não nenhuma referência à vinda do Ministro da Saúde, é uma Câmara que quebra todas as pontes. A informação do Presidente só se justifica pelo parágrafo final, uma declaração de boas festas e o senhor Deputado o que vem aqui fazer é retribuir. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e voltou a repetir que em relação ao Palacete será disponibilizada toda a informação, num dossier devidamente construído, quando for a altura certa. Em relação às atividades que referiu não estarem registadas o senhor Presidente não sabe ao que é que se refere, porque o que disse é tudo tão vago. A ausência à menção da presença do senhor Ministro é uma critica que regista e aceita, pese embora até hoje não havia mais notícias do gabinete do senhor Ministro. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 400.000,00 € – REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS – 2023;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 06/10/2023, em que solicita autorização da Assembleia Municipal para a contratação de um empréstimo de médio/longo, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), destinado a “Reparação de Pavimentos – 2023”, conforme documentação disponibilizada a todos os membros do órgão deliberativo para a presente sessão, designadamente: Minuta de Contrato de Crédito; Ata da reunião da Câmara Municipal, de 03/08/2023, que inclui a Demonstração da Capacidade de Endividamento do Município de Vagos; Ofícios n.ºs 181, 182, 183 e 184, datados de 04/08/2023, respeitantes às consultas efetuadas às instituições bancárias; Propostas apresentadas pelo BPI, CGD e Millennium BCP; Relatório de Análise das Propostas, datado de 01/09/2023; Ata da reunião da Câmara Municipal, de 07/09/2023, sobre as propostas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve

apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que em relação à resposta do senhor Presidente, à questão do senhor Deputado Óscar Lopes, relembrou uma declaração de Pedro Nuno Santos quando estava na oposição em que dizia que “*as pernas dos banqueiros alemães iam tremer*”. Depois, quando chegou ao Governo o que tremeu foram as pernas dos funcionários da TAP e as dele, que acabou por cair como Ministro. No que diz respeito ao interesse nas pessoas há aqui algo parecido. Qual será o interesse? Será o interesse dos vaguenses ou o interesse dos portugueses? Questionou. O senhor Presidente vai hoje submeter, “empurrar”, um orçamento a aprovação e o senhor Deputado gostava de saber quem é que no fim o vai executar, dentro da equipa que está quem é. Se vier a acontecer o senhor presidente dar-lhe -á os parabéns tal como outros vaguenses que chegaram à Assembleia da República. Em relação ao ponto, uma contratação de um empréstimo de quatrocentos mil euros, por quinze anos, para uma Câmara Municipal que tem receitas, este ano, cerca de vinte milhões de euros é muito tempo. Mas o grupo municipal do CDS quer ver as estradas reparadas, buracos tapados e o alcatrão feito e, por isso, irão votar favoravelmente. Ainda sobre este ponto, gostava de saber quantos vão ser os metros lineares de estrada que vão ser intervencionados, por este valor terá de se ter uma noção, e se em dois mil e vinte e quatro já se vai ver alguma coisa, ou não. Em dois mil e vinte e três foram adjudicados cerca de quinhentos mil euros a uma empresa, para obras semelhantes, e não se viu grande coisa. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que vem mesmo falar sobre estradas, e não para contestar um empréstimo para efetuar o melhoramento e vinte e tal vias do Concelho que tanto precisam. Quando se aprovou aqui a Municipalização do Museu do Brincar na altura incluíram-se, também, no bolo, algo que o senhor Deputado há classificou, em várias ocasiões, como engodo, a requalificação de três estradas: uma no Lombomeão e duas na Vagueira. Essas estradas, até hoje, estão por iniciar esta requalificação enquanto que no Museu já se gastou lá dinheiro, vai-se gastar mais, continua-se sem inventário do que se comprou, mas tem-se feito lá alguma coisa. As estradas, como se vê depois no orçamento, já foram adiadas para dois mil e vinte e seis, caso não reparado é o próximo mandato camarário. Portanto, o senhor Deputado concorda com o senhor Presidente da Câmara, ou seja, era bom que o tempo ajudasse e que estas estradas fossem reparadas, se calhar até dá jeito que sejam reparadas antes das eleições, que são em março. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. As propostas que o CDS vai enviando é para diminuir a receita, nomeadamente a questão do IRS, e não há nenhuma para aumentar a receita. Por outro lado, vem aqui, constantemente, e com razão, reclamar de uma série de estradas que precisam de intervenção. Ora, se a Câmara Municipal não recorrer a um empréstimo e se não aumentar as receitas não é possível fazer investimento. A Autarquia pode não recorrer a este empréstimo, se os membros desta Assembleia Municipal aprovarem o aumento do IMI de 0,3%

para 0,4% e fica com um milhão de euros de receita a mais. Se assim for não há necessidade de recorrer a empréstimos, tem é de se aumentar os impostos. Agora, “fazer omeletes sem ovos” é que não é possível. Se é para fazer obra tem de haver dinheiro, e isso só se consegue por duas vias: aumentando as receitas próprias; recorrendo a empréstimos bancários. Estas obras não têm qualquer tipo de financiamento comunitário e, portanto, não há outra forma de as financiar. O senhor Presidente não sabe ao certo quantos metros lineares de estrada é que vão ser reparados, mas são uma série de estradas que estão para ser pavimentadas. Segundo informação que deram ao senhor Presidente serão mais ou menos sessenta e cinco mil metros quadrados. O concurso público já foi feito, a obra já podia ter começado sem haver empréstimo, porque a Autarquia tem capacidade de recursos próprios. Contudo, se os usar para isto não tem para outras coisas. Quanto à questão da Municipalização do Museu do Brincar, e das três estradas, o senhor Presidente não entendeu muito bem. Mas, em relação às estradas que o senhor Deputado Sidónio Sansana referiu, nomeadamente a Rua Padre Maria Vicente da Rocha, e não está a ver a relação, está-se em fase de conclusão do projeto. O projeto, infelizmente, não andou com a velocidade que se queria e, por isso, a empreitada, que era para ser lançada este ano, apenas será lançada, garantidamente, durante o ano de dois mil e vinte e quatro e terá um acordo com a AdRA muito semelhante àquele que foi feito na Rua da Fonte. A AdRA pagará toda a intervenção no abastecimento de água, no saneamento e no destapamento e tapamento das valas e a Câmara Municipal pagará o alcatrão, os passeios e as águas pluviais. Neste momento está em fase de conclusão, há uma estimativa que é a que está no orçamento, mas não há ainda um valor exato de lançamento da empreitada, mas rondará o um milhão e quatrocentos mil euros, mais coisa menos coisa. Relativamente ao Museu do Brincar, para que não haja nenhuma dúvida sobre este tema, porque o senhor Deputado gosta de confundir as pessoas e estas não podem ser confundidas, todos os bens que são entregues de acordo com o protocolo, que foi aprovado aqui, são inventariados. A Câmara Municipal só recebe com inventariação dos bens e só paga depois de os receber. Neste momento, está concluído o relatório de mais cinco mil peças que já estão disponíveis e prontas para serem entregues, devidamente caracterizadas, e o pagamento só irá ser feito quando a Autarquia as receber, depois de catalogadas. A única coisa que não foi feita, e que os senhores reclamavam, foi uma avaliação prévia do valor do património. Aquilo que a aqui disseram na altura, recordou, é que era muito caro e que o Museu depois, ainda, ia ter custos, no entanto, está aqui provado pelos números, reconhecido por quase toda a gente, com exceção do CHEGA, que o investimento feito foi um bom para o Município. Esta era a única forma de o Município ter um conjunto de bens e de ter um Museu, o primeiro em Vagos, municipalizado, porque noutra circunstância os proprietários das peças podiam deslocar-se para outra parte do país. Hoje, o proprietário das peças é o Município de Vagos, que as poderá gerir da forma que entender. O Município comprou o espólio e a marca, uma marca com muito valor, e, provavelmente, se tivesse sido feita uma avaliação ter-se-ia chegado à conclusão que a marca valia muito mais do que o valor que se pagou pelo espólio. O que está aqui em causa é que o Museu do Brincar está a revelar-se um sucesso e o sítio também. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que o número de metros também interessa, porque está-se aqui para votar um empréstimo, o dinheiro que vai ser usado neste investimento, e é preciso saber sempre no que é que o dinheiro vai ser gasto e qual é a capacidade de execução de trabalho que o dinheiro vai ser gasto. No que diz respeito às receitas, e às propostas do CDS, não há necessidade de aumentar impostos, é preciso, sim, “cortar gorduras” e já aqui se falou sobre isso. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e esclareceu que, obviamente, os senhores Deputados têm todo o direito a saber tudo. O senhor Presidente só disse é que não vinha preparado para dizer quantos metros eram, mas o senhor Vice-Presidente vinha, são 62356, 90m2. Este processo de adjudicação é gerido em sede de reunião de Câmara e os senhores Vereadores do CDS tiveram a possibilidade de ver que estava lá tudo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, autorizar a contração do referido empréstimo de médio/longo prazo, até ao montante de €400.000,00 (quatrocentos mil euros), nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) – 4.ª ALTERAÇÃO;**-----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 19 de outubro de 2023, que remete à Assembleia Municipal a 4ª Alteração do PDM de Vagos, para aprovação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que este é um assunto bastante específico e, por isso, foi feita uma reunião antes com os grupos municipais, por indicação do senhor Presidente da Mesa, onde o senhor Nuno Carvalho, Chefe da Divisão de Planeamento e Obras Públicas, fez uma apresentação e prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Neste sentido, pedia autorização ao senhor Presidente da Mesa para que seja o Dr. Nuno novamente a fazer a apresentação do tema, por ser um assunto tão detalhado e tão técnico.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizou a intervenção do senhor Nuno Carvalho. Entretanto, informou de que na reunião dos porta vozes assim que foi manifestada a preocupação, e bem, em relação à quantidade de temas e de material desta sessão, agilizou logo para que fossem prestados todos os esclarecimentos em relação a este assunto, assim como ao orçamento. O senhor Presidente da Câmara, desde logo, disponibilizou quer o Executivo Municipal quer os técnicos para esclarecer toda e qualquer dúvida para que os senhores deputados chegassem aqui hoje e votassem em consciência esta alteração, assim como o orçamento. -----

----- **Nuno Carvalho**: O senhor Nuno Carvalho usou da palavra feza apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Alexandre Marques**: O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que aquilo que tem percebido sobre esta alteração ao PDM, do que se tem falado aqui e fora daqui, é que isto daria resultado em pequenos ajustes, as tais respostas parciais. Entretanto, senhor Deputado deixa uma questão. A primeira, se haver um acréscimo de zona urbana, ou se zona de construção, a partir da antiga Igreja de Santo André até São Romão, cerca de cento e oitenta metros, e em Fonte Angeão, na rua paralela ao Centro Escolar, cerca de trezentos e cinquenta metros. Como são números mais significativos, e ouve números que não foram atendidos, gostaria de saber se estes foram atendidos ou não. -----

----- **Sidónio Sansana**: O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por deixar uma nota de saudação por finalmente haver uma “luzinha” de esperança para o problema da Estrada da Alta Tensão que já dura há demasiado tempo. Pelo menos uma grande parte do problema, porque depois sobra uma pequena questão que tem que ver com a REN que continua nas mãos da CCCR. O senhor Deputado há muitas décadas atrás trabalhou na CCR do Centro, e duvida que aquilo tenha mudado muito, e por isso aconselha a que não deem muita folga aquela entidade no tratamento daquela questão, porque naquela casa os processos ficam pendentes nas prateleiras se ninguém os pressionar. Na reunião de terça feira foi referido que o PDM atual dá margem para que se construam casa no Concelho para sessenta e tal mil pessoas, mas o senhor Nuno Carvalho disse uma coisa, com o qual o senhor Deputado já concorda há muito tempo, e se calhar até referiu isso aqui, que é o facto de algo estar mal quando não se constrói próximo das zonas industriais que existem atualmente. Há aqui qualquer coisa que falha, ou seja, o PDM pode dar respostas a esta questão, mas, por ventura, terá de se dar uma pequena ajuda ao PDM, para evitar que muitos trabalhadores que ganhem o seu dinheiro em Vagos possam gastá-lo cá e não noutros Concelhos vizinhos ondem passam a residir. A proposta concreta do senhor Deputado é que este dinheiro que o Governo Socialista se lembrou de dar para a habitação social seja canalizado preferencialmente para essas zonas. Há um outro problema onde é preciso dar uma “ajudinha” ao PDM, isto é, nas Gafanhas uma pessoa dá uma volta por aqueles becos, e isto não é politiquice, é fazer um retrato da realidade, e vê crescer por ali os anexos e, às vezes, as barracas. É preciso dar uma ajuda para não deixar chegar isto ao ponto de se ter bairros da lata em Vagos. --

----- **Marisa Silva**: A senhora Deputada Marisa Santos usou da palavra e referiu que trabalhou e “chateou” muito o senhor Nuno Carvalho, e veio mais para lhe agradecer o excelente trabalho prestado, a atenção e o cuidado que dedicou ao Executivo da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, atendendo e esclarecendo as queixas dos cidadãos. De um modo geral, e só pode falar pela Freguesia que preside, o trabalho conseguido foi bastante bom, conseguiu-se preservar, manter e até adquirir alguma mancha urbana que considera ser essencial para o desenvolvimento futuro. Neste sentido, não podia deixar de agradecer o trabalho da Câmara, o

trabalho do senhor Nuno Carvalho, especificamente, em todo o processo que foi árduo, mas no fim o resultado foi bastante bom. -----

----- **Miguel Tarenta**: O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que tem duas questões relativas a este assunto. A primeira, com estes reajustes que vão existir nos perímetros urbanos qual o número e qual o tipo de construções que passarão a estar devidamente legalizadas, face a essa alteração? A segunda, como será feito o aproveitamento dos ainda solos industrializáveis na zona sul do Concelho? Como é que a Câmara Municipal irá fazer esse planeamento, que tipo de construções é que vão lá fazer? Que tipo de empresas é que se irão lá instalar? O que é que será efetivamente feito nesses espaços? Entretanto, também deixou um agradecimento ao cuidado que a Câmara Municipal teve, e a própria Assembleia Municipal, ao disponibilizarem os técnicos da Câmara Municipal, nomeadamente o senhor Nuno Carvalho, para que fosse possível esclarecer as dúvidas. Contudo, existe aqui um problema considerável, isto é, uma pessoa vai obter conhecimento sobre a alteração ao PDM nos documentos que estão anexos aos documentos que estão sujeitos a apreciação nesta Assembleia Municipal. Não têm que ser os técnicos da Câmara Municipal a ensinar aos membros da Assembleia aquilo que lá está, eles têm é que transmitir todo o conhecimento de raiz. E isto tudo para dizer, como já aqui foi dito, esta é uma Assembleia Municipal demasiado extensa. Sobre este assunto existem trinta e quatro ficheiros com informação, oito ficheiros com peças escritas, que correspondem a mil setecentas e onze páginas. Esta é uma sessão demasiado extensa, o próprio estudo e análise do orçamento municipal demora tempo, assim como a alteração ao PDM. Portanto, aquilo que devia ter sido seguido era ter sido realizada uma Assembleia Municipal Extraordinária onde pudesse ser analisado em separado ou o Orçamento Municipal ou o PDM. Agora, colocar estes dois pontos na mesma sessão da Assembleia Municipal, ao senhor Deputado, parece-lhe manifestamente excessivo. Sendo a Assembleia Municipal um órgão de fiscalização e de controlo do que o Executivo Municipal veio fazendo o trabalho não pode ser cabalmente feito, sendo feito desta maneira. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal**: O senhor Presidente da Assembleia Municipal, em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Tarenta, esclareceu que os assuntos são os dois importantes, como todos os outros. Se visitar o que diz a lei, e o que diz o regimento, que se aprovou aqui por unanimidade, independentemente de se gostar ou não, e em relação ao tratamento que se deve ter relativamente ao trabalho que se desenvolve nas Assembleias Municipais, aquilo que diz é que a documentação tem de ser entregue com dois dias de antecedência. É o que diz a lei, o Regime Jurídico das Autarquias Locais. O senhor Presidente, obviamente, não está de acordo com este prazo. A prática desta Assembleia tem sido enviar a documentação toda sempre que ela fica disponibilizada, com mais dias de antecedência, e normalmente até acompanha a convocatória, oito dias antes da reunião. O senhor Deputado poderá questionar se estes oito dias serão suficientes para se analisar/estudar um tema como este e aprofundar esse conhecimento para depois vir aqui votar. Se calhar não, mas esse assunto esteve em discussão pública. Assim que foi manifestada, por parte do senhor Deputado Óscar

Gaspar, alguma relutância, em relação a este assunto, aquilo que o senhor Presidente da Mesa se preocupou em fazer, independentemente do que a lei diz, foi esclarecer todos os membros da Assembleia Municipal em relação a esta matéria, sabendo que é complexa. O senhor Presidente podia não o ter feito, porque o que a lei diz são dois dias. Relativamente ao número de pontos da ordem de trabalhos, realmente é extensa, mas as sessões de dezembro são sempre extensas, contrariamente àquelas que são as de fevereiro e setembro. Contudo, nada impede que esta sessão tenha várias reuniões. Portanto, enquanto for este o Presidente da Assembleia Municipal cabe-lhe agendar as sessões e sempre com uma preocupação, isto é, pedir ao Executivo Municipal que esteja disponível para esclarecer todos os assuntos aos membros da Assembleia Municipal. Foi agendada uma reunião e o senhor Nuno Carvalho esteve presente para os esclarecimentos necessários. Entretanto, foi ainda dito aos senhores porta vozes que qualquer dúvida que houvesse, até ao dia de hoje, o senhor Nuno Carvalho estaria disponível para esclarecer todos os assuntos, assim como o senhor Presidente da Câmara Municipal. Mais do que isto, com toda a franqueza, não seria possível fazer quando a lei é o que é. A Mesa da Assembleia Municipal fez tudo para que os membros da Assembleia Municipal tivessem em condições hoje para votar este assunto, estivessem esclarecidas todas as dúvidas que o tema e os documentos possam levantar.

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e começou por agradecer a presença do senhor Nuno Carvalho e a apresentação que fez e ter estado sempre disponível para esclarecer as pessoas. Em relação às questões do senhor Deputado Alexandre Marques, tal com ele referiu, são pequenos ajustes e não é possível hoje detalhar especificamente quais foram. Nesta alteração houve uma conquista de área urbana, houve alguns ganhos de causa. Relativamente aos reajustes nos perímetros urbanos, e ao facto de haver uma luz ao fundo do túnel para a Estrada da Alta Tensão, já no PDM de dois mil e nove ficou regularizada uma parte dos problemas. Entretanto, há uma outra parte do problema que tem de ser as pessoas a resolver, porque a alteração nos planos não vem resolver o problema e da legalização das casas. É preciso, depois, que as pessoas se dirijam à Câmara Municipal para tratarem a situação. A experiência o que tem dito é que ainda assim, depois dos mecanismos de gestão do território terem alterado, as pessoas, algumas delas, não fizeram nada para regularizar a situação, e isto não legaliza a casa a ninguém. Em relação à falta de construção nas zonas industriais, ainda se vive com diplomas legais que a construção dentro de zonas industriais não é permitida. Uma das coisas que a Câmara Municipal quer agora é fazer é proceder a alguma compatibilização da zona industrial de Vagos de um pequeno espaço que lá existe e afetar a construção para habitação. Não será fácil, é uma guerra difícil que irá haver, mas os instrumentos de gestão de território não estão virados para isso. A Câmara Municipal tem muitas guerras que depois não se veem, por exemplo, com o planeamento, em conjunto com a CCDR, estavam os dois do mesmo lado, andou a ver-se uma alteração legislativa que houve aos planos de pormenor que os obrigava a ter efeito registal. Cada vez que se fazia um plano de pormenor era preciso que a Câmara Municipal fosse proprietária de todos os terrenos ou ter autorização de todos os proprietários. Ora, isto é possível no Alentejo, cujo um plano de pormenor com trinta ou quarenta

hectares tem um proprietário ou dois, no máximo. No caso de Vagos trinta ou quarenta hectares de terreno tem uma série de proprietários o que tornaria esta uma missão impossível. A Câmara Municipal conseguiu vencer essa luta. Entretanto, a legislação mudou, conseguiu-se convencer o Governo a alterar a legislação. Estas lutas do planeamento muitas vezes as pessoas não as veem e só são sentidas mais tarde quando se pretende resolver um problema ou instalar uma indústria e há instrumentos de gestão do território que o permitem. Se Vagos cresceu nestes últimos anos como cresceu deve-se muito ao trabalho de planeamento, equipa coordenada pelo senhor Nuno Carvalho. O facto de não haver habitação junto às zonas industriais e as pessoas procurarem outros concelhos para viver é a vida, é assim mesmo e não há nada a fazer. São as dinâmicas muito próprias da região, e ainda bem que assim são. Quanto à questão das Gafanhas, e dos “comboios”, como são designados na Câmara Municipal os “anexos”, o senhor Presidente quer crer que nos últimos anos eles não têm aumentado. Existe de facto esse fenómeno, a Autarquia tem conhecimento disso, muitos desses “comboios” estão referenciados na Estratégia Local de Habitação do Município, são famílias que estão referenciadas. Uma das coisas que está incluída no orçamento para este ano é precisamente a infraestruturização do plano de pormenor da Gafanha da Boa Hora de cerca de cinquenta e tal lotes onde parte deles vão ser utilizados, com um compromisso que havia com o povo, para favorecer as famílias mais carenciadas: Portanto, será uma parte para famílias carenciadas e outra, em princípio, para regulamentar a venda com preços acessíveis para atrair casais jovens. O objetivo não é fazer daquela zona um gueto de problemas sociais, o que se pretende é que aquela seja uma zona aproveitada e que valorize a Freguesia da Gafanha da Boa Hora. A Estratégia da Câmara Municipal para as zonas industriais foi, primeiro, que elas não desaparecessem do Plano Diretor Municipal e que os espaços que estavam para urbanizar não corressem o risco de se perder. Fez-se uma série de procedimentos, nomeadamente a aprovação de projetos de especialidades e colocar em marcha a aprovação do regulamento de venda de terrenos dessas áreas nomeadamente no Covão do Lobo, onde a Autarquia já é proprietária de uma parte dessa área industrial. O que a Câmara Municipal pretende instalar nesses Parques Industriais são unidades mais pequenas. De seguida o senhor presidente passou a palavra ao senhor Nuno Carvalho para prestar mais alguns esclarecimentos. -----

----- **Nuno Carvalho:** O senhor Nuno Carvalho usou da palavra e esclareceu que estar no PDM a dizer solo urbano não quer dizer que a casa está legalizável. Há outras regras de construção que ela tem de cumprir. A questão dos “comboios” na Gafanha da Boa Hora sabe-se, à partida, que não são legalizáveis. É impossível, em termos de RJUE, legalizar aquilo tudo no mesmo terreno. Esta no PDM como solo urbano é um ponto de partido, depois há muito mais regras em termos de construção que terão de ser cumpridas. Claro que se não estiver em solo urbano é muito mais difícil. -----

----- **Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se está aqui a tratar de um documento estrutural para o Concelho. Os PDM's são documentos muito importantes, mexem com a vida das pessoas e com a economia. São tão importantes que até já levaram à prisão de um Presidente da Câmara Municipal de Vagos do PSD. Portanto, há que ter

muita atenção naquilo que se aprova. O senhor Deputado ouviu com muita atenção o senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas o senhor Deputado considera que cometeu duas falácias. A primeira, quando diz que a lei prevê que os documentos sejam enviados com dois dias de antecedência, mas não proíbe que sejam enviados com mais antecedência. O que proíbe é que sejam enviados com menos dias de antecedência. A segunda, a ideia de que esta Assembleia Municipal, deste ano e do ano passado, é muito longa, tem muito pontos, porque são quatro Assembleias, mas a lei não obriga a que sejam só quatro, obriga a que sejam quatro no mínimo. Depois destas quatro pode haver outras. Segundo os documentos que foram enviados a deliberação da Câmara Municipal, e a certidão, foi emitida em outubro. Portanto, de outubro até ao dia seis de dezembro, que foi quando enviaram os documentos, porque é que andaram a esconder os documentos? Se os documentos são importantes e passíveis de serem analisados porque é que os mantiveram na gaveta tantas semanas? Questionou. O grupo municipal do PS, com lealdade institucional, enviou um e-mail no sentido de suscitar que este ponto da ordem de trabalhos fosse adiado. Se foi aprovado na Câmara Municipal em outubro, se não houve necessidade de o aprovar até agora, se não responderam a dizer que havia urgência absoluta em que o processo tenha de estar terminado até trinta e um de dezembro, não se vê qual o motivo para não se poder fazer esta apreciação em janeiro ou fevereiro. O ponto colocado no e-mail mantém-se, ou seja, o grupo municipal do PS entende que não se encontram devidamente conscientes do teor, do conteúdo e do impacto das tais mil setecentas e onze páginas. E quando se diz que na terça-feira houve uma reunião onde se podiam ter colocado todas as questões, mas como é sabido para colocar questões é preciso saber quase tanto como a pessoa que vai responder. Se a pessoas não teve oportunidade de estudar os documentos previamente não havia condições de fazer uma discussão completa e séria nesta Assembleia. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o que é obrigatório por ano são cinco sessões e não quatro como referiu o senhor Deputado Óscar Gaspar. Aquilo que o senhor Deputado aqui disse não retira em nada nem contraria nada do que o Presidente da Mesa disse. O que disse foi que desde o início tem havido boa vontade da parte da Mesa da Assembleia em criar todas as condições para que os membros desta Assembleia votem em consciência cada ponto da ordem de trabalho, e foi isto que fez desde a primeira hora. Entretanto, este assunto esteve em discussão pública e o senhor Deputado como todo e qualquer cidadão podia participar. A Assembleia Municipal, e quem a compõe, também tem de ter mais algum sentido de responsabilidade, porque também interessa às pessoas lá fora é que os membros deste órgão também participem nestes assuntos que têm realmente interesse e que contribuem para o bem estar e qualidade de vida dos munícipes. É isso que interessa. Agora vir aqui queixar-se porque o trabalho é muito, e as páginas são muitas, e depois também reclamar quando as páginas são poucas e os temas também são poucos, o senhor Presidente da Assembleia não considera que seja correto. Depois, atendendo à hora de início das sessões pode discutir-se hoje, pode discutir-se amanhã ou mais cinco dias, é isso que prevê a lei, não há qualquer problema. Agora, se quiserem continuar a gastar mais tempo a discutir a forma e menos o

conteúdo ir-se-á continuar a ter mais dias. O senhor Presidente da Assembleia está de consciência tranquila porque considera que foram criadas todas as condições para que qualquer membro que quisesse ser esclarecido o pudesse ser desde a primeira hora. Por fim esclareceu que respondeu ao e-mail, e respondeu para agir em conformidade e pareceu-lhe claro que a resposta tinha sido entendida e que não estava previsto adiar a discussão deste ponto da ordem de trabalhos. No entanto, se todos entenderem submeter à apreciação da Assembleia um requerimento o senhor Presidente só terá de o colocar à discussão e votação. O senhor Presidente fez aquilo que achava que devia fazer para que cada um dos membros estivessem em condições de hoje discutir o assunto e votá-lo. -----

----- **Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e agradeceu a disponibilidade do senhor Nuno Carvalho na terça feira para dar uma explicação aos porta vozes dos grupos municipais que foi exímia e levou a perceber o que é que estava aqui em causa. Entretanto, lamentou o facto da maior parte das intervenções até agora não tenham nenhuma questão relativa ao PDM, apenas formais. O grupo municipal do PSD compreende várias coisas, entre as quais: o período que o Partido Socialista está a atravessar; que o Partido Socialista de Vagos nem sequer Comissão Política tem para poder discutir e apreciar estes assuntos; que o grupo municipal do PS na Assembleia Municipal é constituído, somente, por dois elementos o que torna mais complicada a apreciação deste tipo de documentos mais extensos. Quanto à questão das prisões não se pode renegar a história, mas o PSD está muito longe das prisões e das buscas do Partido Socialista. O senhor Deputado alertou o senhor Presidente da Mesa que se alguma vez nesta a Assembleia Municipal as coisas não correram como deviam de correr foi precisamente no momento em que aceitou que os tempos fossem dobrados. O Regimento prevê que os tempos sejam dobrados na discussão da revisão do Plano Diretor Municipal e não quando se trata de uma alteração. Neste caso está a falar-se de uma alteração e, portanto, os tempos seriam muito menores e ter-se-ia muito menos tempo para o Partido Socialista vir aqui por este tipo de questões que só fazem estar aqui a perder tempo. Em segundo, quando o senhor Deputado Óscar Gaspar vem aqui dizer que é uma alteração ou um documento estrutural é verdade. Mas se tivesse estado na sala quando o senhor Nuno Carvalho teve a dar a explicação sobre o documento tinha percebido que esta alteração não representa essa alteração estrutural para o Concelho e que o que se está a fazer é apenas a adequar o plano às obrigações legais que decorrem desde dois mil e dezanove e que se está a alterar o plano em pequenas manchas para resolver alguns pequenos problemas que o Concelho te. Portanto, não se está aqui a impor nada estrutural para o Concelho. O que está a parecer é que este tipo de discussão é a que ira acontecer no documento a seguir, quando se for discutir o documento. Neste tipo de assuntos devem ser-se sérios e não aproveitar o facto de as transmissões serem *on-line* para vir aqui levantar este tipo de questões, porque na reunião preparatória que se realizou não houve este tipo de questões nem estas questiúnculas. O grupo municipal aproveita para as pessoas verem que há muito trabalho do Partido Socialista, mas o senhor Deputado Nuno Moura considera que já deviam ter aprendido que isso em Vagos não funciona e que as pessoas depois sabem retribuir na mesma moeda. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que entendeu que este assunto é importante para o Concelho. Aquilo que diz o regimento é que os tempos são a dobrar para o orçamento e plano de atividades e para as revisões do PDM. Contudo, foi entendimento do senhor Presidente que esta palavra revisão não tem o carácter técnico que se aplica à destrição entre revisão e alteração do PDM e, portanto, entende que é qualquer elemento que contribua para essa alteração ou revisão, e não com este carácter ou técnico, por isso duplica os tempos de discussão do assunto.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que falácia é dizer-se que um Presidente de Câmara esteve preso por causa de um PDM, o que não corresponde minimamente à verdade, e também não se lembra de alguém ter sido condenado. Houve algumas coisas que prescreveram e um dos Vereadores que esteve preso, durante alguns meses, saiu da prisão sem ser acusado de nada. Aliás, como aconteceu, ainda recentemente, com o senhor Presidente da Câmara de Sines, com quem o senhor Presidente é absolutamente solidário, apesar de ele ser socialista, pois não deve acontecer uma situação destas. O senhor Presidente também esclareceu que não há nenhuma questão de documentos escondidos, como foi referido. Não há nada mais público do que um processo de revisão ou de alteração de um PDM, que tem consulta pública e é amplamente discutido. De facto, foi aprovado numa reunião de outubro, em Reunião de Câmara, a seguir é remetido para a Assembleia Municipal e depois é discutido na sessão seguinte, tudo aconteceu dentro daquilo que são as regras legais em vigor. Entretanto, lembrou que nesta Assembleia Municipal já foram retirados assuntos para receber contributos, nomeadamente do Partido Socialista, e depois vieram à sessão seguinte exatamente iguais, como aconteceu com o regulamento de apoios sociais, e só se perdeu tempo. Há questões específicas muito técnicas, e uma carga jurídica ainda maior, mas o documento está muito bem elaborado e a explicação dada foi muito esclarecedora. Entretanto, em breve iniciar-se-á um processo de revisão do PDM. Esta proposta de alteração está muito bem enquadrada e a Câmara Municipal está muito tranquila quanto à apresentação desta proposta e à resolução de alguns problemas que ela fará, não fará de todos, mas depois far-se-á a revisão, que também não resolverá os problemas todos. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta voltou a usar da palavra e referiu que quando se falam aqui em formalismos como sendo “coisinhas” que não interessam para nada, mas não são meros formalismo. Esses formalismos têm a ver com o interesse efetivo do direito da oposição de uma tomada de decisão informada que é para isso que os vaguenses elegem pessoas. Esta atitude será uma falta de respeito que se tem para com os vaguenses, porque eles não elegem pessoas para virem para aqui mandar umas “papaias”. Depois, também falaram aqui em buscas no Partido Socialista, mas parece que o recordista nacional de uma série de coisas, e não está a falar a nível desportivo, num processo judicial é um ex-Secretário de Estado do Governo do senhor Cavaco Silva, senhor Oliveira e Costa. Quanto ao ponto, de facto a lei refere os dois dias de antecedências, e podiam tê-lo feito, agora existe também alguma proporcionalidade na atuação da administração. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que ao CDS não lhe interessa alvitrar nem imiscuir nestas discussões, da forma que se está a colocar. O que interessa é despachar o ponto de uma vez, porque há coisas que estão “penduradas” e que têm de ser aprovadas. O grupo municipal do CDS não deixa de concordar com o Partido Socialista, na maior parte dos pontos, nem deixar de entender aquela que é a posição do senhor Presidente da Assembleia. Aquilo que o senhor Deputado sugere é que se passe à frente. Numa interpolação ao senhor Presidente da Mesa, depois de auditadas as quatro bancadas desta Assembleia Municipal, o artigo 17º do Regimento permite um intervalo. Há pessoas que vieram diretas do trabalho, a hora já vai avançada e ainda só se está no ponto três da ordem de trabalhos. Neste sentido, o senhor Deputado apela a que se faça um pequeno intervalo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções, do grupo municipal do PS, aprovar a 4ª Alteração do PDM de Vagos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE 2023 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Sobre o assunto se refere o Relatório do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Vagos, respeitante ao Primeiro Semestre de 2023. -----

----- **Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que a Câmara não tem tempo, neste ponto da ordem de trabalhos, uma vez que o assunto é só para conhecimento. É um ponto de informação, o documento foi entregue à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, o tempo é igual para todos e não para apresentação da Câmara. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que no relatório do revisor Oficial de Contas, na página dez, diz o seguinte: *“na análise comparada aos resultados apurados no primeiro semestre de dois mil e vinte e três, face ao período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento dos gastos em cerca de oitocentos e cinquenta mil euros, ou seja, mais 14%, com particular destaque para os FSE’s, cerca de seiscentos e nove mil euro, quase, e gastos com pessoal são mais quatrocentos mil euros. Isto não é compensado pelo aumento de rendimentos que ascende a quinhentos e cinquenta mil euros, ou seja, mais 10%.”* O senhor Deputado questiona se o senhor Presidente da Câmara pode, de forma detalhada, explicar, ou tentar justificar, este aumento dos gastos nos FSE’s e nos gastos com o pessoal. -----

----- **Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que, dando como verdade aquilo que o senhor Deputado Nuno Moura disse há pouco sobre o PDM, que não era assim tão estrutural, quanto isso, para o Concelho, se atreveria a dizer que este é o ponto mais importante da ordem de trabalho de hoje. Este é um documento objetivo, não está a falar de fabulações da Câmara Municipal, nem de coisas mirabolantes que se põem numa folha de papel só para que conste. O que está aqui é o relatório do Revisor Oficial de Contas sobre uma

realidade, a realidade do 1º semestre deste ano da Câmara Municipal de Vagos e o resultado é calamitoso. Na página seis diz “o grau de execução das receitas foi baixo, quando comparado com a execução linear do orçamento duodécimos, sendo de destacar que a transferência de capital apresenta uma taxa de execução de apenas 13,88%.” Nas transferências de capital estão, como se sabe, as verbas de fundos comunitários de apoio a obras. Continuando no relatório “O grau de execução orçamental da despesa foi, em trinta de junho de dois mil e vinte e três, de apenas 35,87%.” Se repararem no quadro que está acima desta afirmação conclui-se que no caso das despesas de capital a execução foi inferior a 12% e a aquisição de bens de capital de investimento é na ordem dos 10%. Tirando aquele exercício habitual de grande malabarismo que é alterar as regras do orçamento para fazer de conta que se atingem taxas de execução mais elevadas, o que aqui se diz é que o nível de execução do orçamento deste ano é baixíssimo. Aliás, nada que surpreenda tendo em conta aquilo que tem acontecido nos outros anos. O Revisor Oficial de Contas também apresenta um mapa de rendimentos e gastos do Município e aparece aqui um resultado líquido na ordem dos oitocentos e dezasseis mil euros. Entretanto, o ROC chama à atenção de que não foram feitas as devidas amortizações para o semestre. Portanto, se forem tidas em conta as amortizações em linha com o ano passado está-se a falar de qualquer coisa como dois milhões oitocentos e setenta mil euros, ou seja, está-se a falar que o Município de Vagos, o exercício da Câmara Municipal de Vagos, no 1º semestre deste ano implicou prejuízo na ordem dos três milhões seiscentos e oitenta e sete mil euros. Os senhores do PSD podem ficar todos muito contentes, muito satisfeitos, e pode ouvir-se aqui a explicação de que a Câmara não existe para dar lucro, estão todos de acordo, agora como é que se delapidam quase três milhões e meio de euros num semestre é obra. Sendo este um documento para informação, é um documento muito útil para os membros da Assembleia Municipal, principalmente para os do PSD, mas também um sinal de alerta laranja à Câmara Municipal de Vagos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e, em resposta às questões do senhor Deputado Alexandre Marques, referiu que parte dos aumentos destes gastos derivam de um conjunto das novas competências que a Autarquia tem, que por um lado trouxeram despesas com pessoal e por outro lado despesas com fornecimentos e serviços externos. Nos fornecimentos e serviços externos houve um aumento substancial, tem a ver com a inflação e, nomeadamente com o aumento dos custos dos combustíveis e da energia. Ainda assim, a Câmara Municipal teve uma grande almofada com o trabalho que teve, mas sofreu esses impactos. No caso do fornecimento das cantinas escolares é um drama, porque nem sequer se consegue fazer contratos de longo prazo por não haver nenhum fornecedor que se responsabilize ou que aceite dar preço para três ou quatro meses. A Câmara Municipal tem de fazer contratos quase mensais, para fornecimento, porque os custos aumentaram de forma brutal. Este ano o aumento dos outros bens e serviços é um aumento que está em linha com a taxa de inflação, a Autarquia tem mais competências e mais alunos, e o facto de ter mais alunos significa mais despesas, nas refeições escolares, por exemplo, nas AEC's, porque são necessários mais professores. Portanto, são uma série de coisas que vão crescendo e que são proporcionais às

competências que a Autarquia vai tendo. Relativamente às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar, o senhor presidente ainda há pouco disse que a Autarquia já executou muito este mês de fundos comunitários, sendo que no dia de ontem foram executados cerca de oitocentos e qualquer coisa mil euros. No entanto, o senhor deputado não falou naquilo que é o mais relevante na análise das contas, a questão da dívida. No primeiro semestre o limite da dívida está situado em vinte e dois milhões de euros e uma dívida total de doze milhões setecentos e trinta e um mil euros, uma margem de endividamento de nove milhões e oitocentos mil euros, com as limitações que existem relativamente ao endividamento da Autarquia, quatro milhões de euros. A Câmara Municipal tem neste momento capacidade de endividamento de quatro milhões de euros à qual pode recorrer para fazer face ao investimento tão importante como a ligação da A17 à zona industrial de Vagos. Entretanto, depois, é esperar pela estratégia de obtenção de fundos comunitários que o Município tem tido, com resultados práticos muito acima da média, para poder candidatar essas obras. A Autarquia tem feito uma gestão muito rigorosa no Município e isso tem tido os resultados que estão à vista de todos, inclusive dos eleitores que votam maioritariamente no PSD e não no PS. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----
----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 30 de novembro de 2023, que remete à Assembleia Municipal a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 24 de novembro de 2023, sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a referida proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – ANO 2023;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 16/11/2023, que deliberou propor à Assembleia Municipal fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2023 e cujo pagamento decorre em 2024, bem como aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 30 €; Agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 70 €; Agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 140 €. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2023 e cujo pagamento decorre em 2024, bem como aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 30 €; agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 70 €; agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 140 €. ----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SETE: IMPOSTOS MUNICIPAIS – DERRAMA – ANO 2023;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 16/11/2023, que deliberou propor à Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2023, com as seguintes taxas: a) Taxa normal de 1,50%; b) Taxa reduzida de 0,1%. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2023, com as seguintes taxas: a) Taxa normal de 1,50%; b) Taxa reduzida de 0,1%. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO OITO: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – RENDIMENTOS DO ANO 2024;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 16/11/2023, que deliberou propor à Assembleia Municipal que fixe a participação do Município de Vagos em 2,50% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Vagos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este é um tema que causa bastante incomodo ao PSD. É sempre um ponto difícil, o PSD andou anos a contestar a proposta do Partido Socialista para devolução do IRS aos vaguenses e disseram de tudo, aqui nesta Assembleia, em relação à proposta apresentada. No ano passado o Executivo Municipal teve um arrobo de maior sensatez política e fez esta meia proposta de 2,5%. Mas,

segundo o senhor Presidente da Câmara, mesmo a fazer bondades o PSD e o Executivo Municipal têm aqui sempre alguma reticência e teima em dizer que é extraordinário, que só o faz devido às condições de vida dos portugueses. A ideia com que se ficou no ano passado é que só tomavam esta posição só por uma situação muito específica da inflação. Este ano talvez o facto de se realizarem eleições no próximo ano também possa ter ajudado aqui algum assomo de maior abertura para com os vaguenses. o senhor Deputado considera que o senhor Presidente da Câmara vê o copo meio vazio, porque diz que vai abdicar de quinhentos mil euros de receita. O senhor Deputado não vê isso no mapa. No mapa do ano passado do orçamento do Estado o que vê é que o Município podia entregar aos vaguenses novecentos e noventa e sete mil cento e cinquenta e três euros e vai entregar quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e setenta e sete mil euros, ou seja, fica a dever aos vaguenses meio milhão de euros. Portanto, não tem menos receita, devolve é menos aos vaguenses. essa expressão de solidariedade para com os vaguenses não colhe, porque se de facto estivessem preocupados com a situação das famílias fariam a devolução do IRS, nomeadamente quando há um aumento muito substancial das diversas receitas da Câmara, principalmente aquelas que decorrem do orçamento de Estado como se discutirá mais adiante. Depois, é muito curioso esta tese geral do PSD de que a carga fiscal está muito elevada e, por isso, devia baixar. No entanto, quando podem baixar a carga fiscal não o fazem. Quando O PSD, neste caso a Câmara Municipal de Vagos, tem a hipótese de reduzir a carga fiscal não o faz. O apelo à redução da carga fiscal é muito bom para os outros, mas quando é em causa própria é mais complicado. O Partido Socialista durante muitos anos defendeu uma devolução aos vaguenses da parte do IRS, continua a defendê-lo, é favorável à proposta da Câmara Municipal, mas entende que podia e devia ir mais longe e devolver mais IRS aos vaguenses, porque o IRS é dos vaguenses e não da Autarquia. -----

----- **Juan Martins:** O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e recordou ao membro da Assembleia Municipal Óscar Gaspar que foi o próprio a dizer isso no ano passado, de uma situação excecional, que o Partido Socialista trouxe os portugueses e principalmente a classe média portuguesa a este empobrecimento. Foi o senhor Deputado Juan Carlos Martins que o disse e não aquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar disse. Alinhado com o que o senhor Presidente da Câmara disse, também considera que esta devolução tem de ser temporária, é uma opinião pessoa e do PSD. Esta devolução que no ano passado foi proposta aqui é temporária, porque o castigo que o Partido Socialista está, e há aqui pessoas que sabem a que é que se refere, a fazer à classe média é pesado. Esta devolução que a Câmara Municipal está a fazer, esta redistribuição, ou qualquer outra Câmara Municipal é muito mais bem feita do que aquela que o Partido Socialista faz. E vê se o que tem sido feito, e não é uma questão da inflação, a carga fiscal que o Partido Socialista tanto negam é óbvia e está aos olhos de toda a gente. O Governo também tem um excedente orçamental, e toda a gente ouviu falar nisso, e o senhor Deputado gostava de saber porque é que tem de ser uma Câmara Municipal a devolver o dinheiro e não o Governo, que tanto teima em não devolver e em não fazer uma reestruturação em termos de IRS, a redução das taxas. E teima porquê? Porque gosta de ter excedentes orçamentais para depois ver como é que vai

utilizar. O senhor Juan Carlos Martins considera uma hipocrisia/demagogia vir aqui dizer isso, e incomoda mesmo. Há uma redistribuição, as Câmaras Municipais fazem esta redistribuição, do dinheiro que é dado, muito melhor que faz o Governo. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que é do conhecimento de todos que o CDS tinha enviado uma proposta para que a devolução não fosse de 2,5% e sim de 3,75%. Neste sentido, questiona se o Executivo Municipal fez um cálculo sobre qual seria o impacto da proposta do CDS. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e confessou ficar estupefacto com a atitude do senhor Deputado Óscar Gaspar, embora compreenda no contexto em que se está, bastante difícil. Na última sessão desta Assembleia o Partido Socialista era Governo, maioria absoluta, e hoje está num cenário de eleições internas, de grande disputa interna, e reconhece que pode haver algum nervosismo. O Partido Socialista mandou uma proposta que o senhor Presidente não percebe muito bem, que era a redução da taxa de participação do Município de Vagos no IRS para 3%. Não sabe se isto significava que o Município devolvia 2% e ficava com 3%, porque não consegue perceber o português desta proposta. Se fosse assim, a proposta da Câmara Municipal até é melhor da que o Partido Socialista apresentou. O senhor deputado Óscar Gaspar trouxe aqui a questão do “copo meio cheio ou meio vazio”, mas o senhor Presidente vai olhar é para o jarro, ou seja, no jarro estão vinte milhões de euros de impostos de IRS, neste caso, que os vaguenses pagam em que a Câmara Municipal fica com 5% e o Governo, liderado pelo Partido Socialista, fica com 95%. O que é que isto significa? O que significa é que fica um milhão de euros para a Câmara Municipal e dezanove milhões de euros para o Governo. Se o senhor Presidente perguntar aos vaguenses onde é que a Câmara Municipal gasta esse diferencial dos quinhentos mil euros eles sabem onde é que ele é gasto, como por exemplo: nas auxiliares de ação educativa das escolas; na diferença da transferência de competências, porque a Câmara Municipal recebe menos quinhentos mil euros do que aquilo que gasta todos os anos nas escolas por ter mais funcionários do que aquilo que devia; nos alcatroamentos que são precisos fazer, etc... E onde é que estão os dezanove milhões de euros de impostos, IRS, que os vaguenses pagam? São dezanove milhões de euros que os vaguenses pagam que não têm retorno nenhum no Concelho. O Partido Socialista em Vagos pouco faz, pouco se nota a intervenção do Governo. E esta é que é a realidade dos factos. Também não deixa de ser curioso que o senhor Deputado Óscar Gaspar venha aqui dizer que esta foi uma medida eleitoralista, e logo a seguir diz que podia era dar mais. Então, mas o que é que é eleitoralista? É o senhor Presidente assumir aquilo que já assumiu no ano passado sem mudar uma vírgula àquilo que disse ou assumir a postura que o Partido Socialista, constantemente, tem. Na proposta de orçamento de Estado estava a cobrança de IUC, mas depois essa proposta foi retirada. Isso sim é eleitoralismo. Por exemplo, no IVA o aumento era de 8%, no ISP, que disseram que era extraordinário, mas vigora há oito anos, enganando os portugueses. O Governo retira nos impostos diretos e aumento nos impostos indiretos, como por exemplo o imposto sobre o álcool que aumentava 37,3%. Estes são os números do orçamento original e não daquela proposta

eleitoralista que o Governo apresentou depois. A carga fiscal aumentou de 34,1% do PIB, em dois mil e dezasseis ,para 38% no orçamento para dois mil e vinte e quatro. Isto é que é enganar os portugueses. Em relação à questão do senhor Deputado Hugo Santos só é possível calcular com os dados que se tem, não é possível olhar para a frente e sim fazer-se uma estimativa relativamente ao ano em questão. O CDS fez essa estimativa e deu mais cento e tal mil euros, mas o senhor Presidente pode fazer um acordo, ou seja, aumenta a devolução e já não revê a questão das Juntas de Freguesia. Nas três propostas que o CDS apresenta para o orçamento são sugestões que diminuem a receita e não há um contraponto. Como é que é que se vai fazer face a esta perda de receita? O que a Câmara Municipal tem direito é os 5%, o que pode fazer é devolver aos vaguenses. Por exemplo. No IMI a Autarquia podia ir até aos 0,45%, é uma opção não ir. Nunca foi opção da Câmara Municipal, e isto que fique claro, devolver o IRS aos vaguenses, fá-lo nesta circunstância e em substituição do Governo que não cumpre com as suas funções. O que acontece hoje é uma questão de carácter excecional, tal como foi no ano passado. -----

-----**Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que ao ouvir o senhor Presidente de câmara fica a ideia de que o orçamento de Estado era mau e tinha sido alterado e tinha piorado. Assim sendo, leu um excerto, da página 7, da comunicação do senhor Presidente da Câmara à Assembleia Municipal de hoje. *“Para mitigar os riscos destaca-se, positivamente, o facto de podermos contar com a aprovação do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e quatro que nos permitirá um aumento da receita.”* -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra e referiu que o CDS considera que a devolução terá de ser transitória. A situação não melhorou, bem pelo contrário piorou, daí ter se ter considerado ser um sinal positivo do Município este aumento da devolução do IRS para os munícipes. O desafio foi lançado à Vereadora, na altura em que foi feita a apresentação, sobre onde se poderia ir buscar esse montante que poderia ser devolvido. A seu tempo será entregue essa informação para fazer essa análise futura. O senhor Deputado informou, desde já, que o CDS irá votar contra neste ponto, porque considera que se poderia ir um pouco mais além e deixará uma declaração de voto. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que esta é mais uma falácia do Partido Socialista. O que disse em relação ao orçamento na sua vertente macroeconómica não altera uma vírgula, e usa da verdade sempre. Para o Município de vagos, finalmente, o Governo está a cumprir com a Lei das Finanças Locais, o que quer dizer que nos outros anos não cumpriu. Não quer dizer que este ano o Município está a ser beneficiado, o que quer dizer é que nos outros anos foi prejudicado. É ver só com quanto dinheiro é que o Partido Socialista ficou nos anos anteriores e, portanto, a não aprovação do orçamento teria um efeito bastante significativo no orçamento municipal, não sempre, mas pelo menos na primeira parte do ano onde ter-se-ia de viver em duodécimos até ser aprovado um novo orçamento que poria a verdade e receber-se-ia no final do ano o que se deveria ter recebido no ano inteiro. O senhor Presidente julga ter sido bom para todos aquele orçamento ter sido aprovado, embora não

seja o ideal, pelo menos assim não condiciona ainda mais o país. O PS condicionou o país com esta crise política que criaram e terá de se responder à altura. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções, do grupo municipal do PS, e seis votos (6) contra, do grupo municipal do CDS, fixar a participação do Município de Vagos em 2,50% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Vagos. -----

----- O grupo municipal do CDS apresentou declaração de voto, que foi lida pelo senhor Presidente da Mesa: *“O CDS-PP optou contra a proposta do Executivo Municipal para a participação variável do IRS para rendimentos dois mil e vinte e quatro por considerar que a mesma devia ser de 3,75%. A nossa proposta estava sustentada pelos seguintes pressupostos. De acordo com o orçamento de Estado para dois mil e vinte e quatro ao nível da receita verificamos o aumento de mais um milhão de euros em relação ao orçamento de Estado de dois mil e vinte e três, um milhão e sete mil e setenta e quatro euros e nove centavos, em grande parte associado ao excedente, nº 3 do artigoº 35, da Lei 73. É de salientar o crescimento do Fundo Social Municipal e do IVA. Em sentido oposto a receita de IRS fruto da aceitação da medida proposta pelo CDS, desde dois mil e treze, com a devolução de 2,5% aos municípios, apresentou um decréscimo de cerca de quatrocentos mil euros, montante este que será devolvido aos municípios num contexto de provável recessão e que demonstra a pertinência da mesma. O ano de dois mil e vinte e quatro será, certamente, um ano de recessão, recessão com origem no pós pandemia e nos conflitos armados em curso. As taxas de juro subiram para combater a inflação, porém tudo indica que só voltarão aos 2% na segunda metade de dois mil e vinte cinco. Concluimos, então, que perante este cenário de aumento de receitas por via do excedente, à qual deveria ser associada uma gestão orçamental criteriosa, parece-nos claro que existia folga orçamental para ajudar as famílias, pelo que proponhamos que o Município devolve-se 3,75% dos 5% a que o mesmo tem direito, uma medida que estimávamos que custa-se duzentos e sessenta mil euros em relação à receita prevista por arrecadar de IRS para os rendimentos de dois mil e vinte e quatro.”* -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto nove da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO NOVE: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP - ANO 2024;** ----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 16/11/2023, que deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2024. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2024. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dez da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DEZ: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2024.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por deliberação de 30/11/2023, propõe à Assembleia Municipal a aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2024, que inclui o Mapa de Pessoal. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que quanto a coisas boas há um orçamento mais limpinho. Em relação à questão dos juros, o senhor deputado hoje não deu muita importância à situação financeira semestral, porque aquilo parece, nitidamente, desajustado e desatualizado. Não só por faltarem as amortizações que são muitas, mas há ali no primeiro semestre menos cem mil euros de juros, porque o efeito dos juros não bateu logo no primeiro semestre e sim no segundo. Quem olha agora para o orçamento vê que nos próximos anos a previsão que o senhor Deputado havia feito há um ano atrás, de quatrocentos mil euros por ano, vai ser superior. Não se enganou tanto pelo valor e sim mais por seis meses, porque o efeito veio seis meses mais tarde. Vai ser uma pressão um bocadinho grande nos próximos exercícios, porque não foi acautelado a tempo o risco da subida de juros quando os bancos andavam para aí a dar dinheiro. Depois, há uma série de buracos negros no orçamento que torna um pouco difícil avaliar o que se vai passar. Já aqui foi referido que na educação e o excesso de verba em relação àquilo que está contratualizado com o Estado, quinhentos mil euros por ano, sendo trezentos mil com os recursos humanos. Não se sabe bem o que vem aí em termos destes acréscimos quanto à contratualização com o Estado com as outras transferências de competências que estão a acontecer, e também aqui pode vir um risco quanto ao valor final. Com estes acréscimos nas despesas correntes o que depois acaba por acontecer é que as despesas de investimento vão sendo empurradas para a frente ano após ano. Alguns exemplos de pequenos números, sem ir muito aos grandes investimentos: Centro Náutico da Vagueira todos os anos avança para o ano seguinte; o Palacete não há lá qualquer indicação de verbas para a reconstrução, porque a verdade é que não se conhecem, já hoje se referiu que essa parte da solução está por definir; a verba da ligação da A17 à ZIV o senhor Deputado não viu, contrariamente àquilo que o senhor Presidente insinuou hoje, a folha A3, mas alguém lhe contou, alguém que lá esteve, mas espera que já haja um projeto e há quatro milhões de euros de folga no endividamento, mas este projeto

são cinco milhões e meio, portanto, falta um milhão e meio e não se sabe de onde vem; e depois as estradas que já estão adiadas para dois mil e vinte e seis. Tal como o senhor Deputado referiu no ano passado há aqui muito de fixação neste orçamento e parece que é um pouco o costume, a falta de dinheiro do costume, os resultados líquidos do costume e com o agravar dos problemas do costume. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que é com alguma expectativa que a Freguesia de Ouca analisou o orçamento. De facto, existe lá referência à Rota dos Moinhos, na qual Ouca faz parte, e espera-se que a requalificação da roda da azenha também seja incluída nesse processo. A Escola Básica de Ouca, como já foi aqui referido, necessita de ser requalificada urgentemente. Se há uns anos se estava aqui a por em causa se era necessário ter-se a escola a funcionar neste momento já não existe espaço para as crianças que lá estão, uma boa notícia. O senhor Deputado lançou aqui o desafio, que na altura não podia ser lançado porque não havia essa possibilidade, finalmente o detentor do espaço onde está a Unidade de Saúde de Ouca já tem uma direção com pleno poder para tomar essa decisão, agora é necessário fazer a requalificação daquele espaço. Não consta deste orçamento, mas, obviamente, ficará sempre o desafio, porque em termos orçamentais é importante ir alinhando essa requalificação. -----

----- **Sérgio Martins:** O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e começou por referir que já se ouviu aqui que o orçamento de Estado até é bom. O senhor Deputado continua a dizer, já no ano passado disse, que apesar de tudo continua-se a ver cumprido aquilo que foram muitas das promessas que foram apresentadas e que estavam no orçamento, e isso é um bom sinal. Não é possível haver obra se não houver investimento, mesmo que isso traga alguns riscos, mas os orçamentos também servem para isto. É preciso é ter coragem para o fazer. Ao senhor Deputado dá-lhe muito gozo, enquanto vaguense, ver que se está a transportar para o exterior marcas muito importantes, tais como a Rota dos Moinhos e as aldeia, porque tudo isto faz com que Vagos continue a ser um local apazível para estar e regista com muito agrado, neste orçamento, os acréscimos significativos em áreas que continuam a ser prioritárias e que muitas vezes são as mais esquecidas. Às vezes a forma como se olha para os números tem muito disto. O senhor deputado gosta de olhar para os números quando vê lá pessoas e neste documento vê-se isso, em áreas como a educação e nos apoios sociais, onde há de facto investimento, com números significativos, que estão a mais, que muitas das vezes podem não ser compensados pelo próprio orçamento de Estado, pela transferência de competências, mas o que é certo é que eles atingem as pessoas. Claro que as obras estruturantes, nomeadamente a ligação da A17 à zona industrial, são necessárias e muito importantes para o Concelho. Para o senhor Deputado, com todos os riscos que isso implica, este orçamento agrada-lhe, por continuar a ver investimento nas pessoas, na cultura, naquilo que são as tradições e naquilo que são as possibilidades. Há aposta naquilo que é de Vagos e cumpre-se aquilo com que se comprometem. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que olha para números tanto quando há pessoas como quando não há, porque acredita que as boas coisas na vida das pessoas acabam por acontecer como consequência dos bons resultados dos

números. O senhor Presidente diz neste documento que terminará a obra do Palacete em dois mil e vinte e quatro, a velocidade cruzeiro. Pelo que se sabe o cruzeiro anda um bocado devagar e, portanto, não será suficiente, convém seguir a todo o vapor. A questão que coloca é como é que o Executivo Municipal prevê conseguir terminar esta obra em dois mil e vinte e quatro. Quanto ao senhor Deputado terá todo o apoio para que isto aconteça, obviamente, é uma coisa que todos querem que aconteça em menos tempo possível, mas como será possível fazer acontecer. A segunda questão prende-se com o Museu do Brincar, ou seja, o grupo municipal do CDS quer ver a catalogação do espólio e a discriminação dos valores. Questionou, também, se estes trinta mil euros de encaixe, que abordam nos documentos, são tidos como lucro ou como resultado bruto. ---

----- **Óscar Gaspar**: O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu a discussão do orçamento, tipicamente, é um momento nobre na vida de uma nação, de uma cidade e de um Município. Por isso é que às vezes num País ou numa Região Autónoma, quando há chumbo de um orçamento, há a queda e um Governo e a marcação de eleições antecipadas. O orçamento é um elemento determinante em termos daquilo que é a condução política e financeira do executivo no ano seguinte. É um documento em que se discute o futuro e é por isso que no caso do orçamento de Estado para dois mil e vinte e quatro o senhor presidente da Câmara reconhece que, apesar de tudo, há uma série de boas notícias. Não são só aquelas que foram referidas, mas ainda hoje o Banco de Portugal reconheceu, por exemplo, que a redução do IRS é muito significativa e fará diferença na vida das pessoas, como fará também o aumento das pensões dos idosos. O senhor Presidente da Câmara referiu que há um bom aumento da receita fiscal e, portanto, as Autarquias ficam com 1% e para onde vão os outros 99%. Vão para diversas coisas, como por exemplo, cinco mil milhões de euros vão para os Municípios e para as Freguesias trezentos e quarenta e nove milhões de euros. Para as Freguesias do Concelho de Vagos vem diretamente, do orçamento de Estado, setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e quatro euros, e, depois, vai também para outras valências e funções. O senhor Deputado está à espera que o senhor Deputado Juan Martins diga aqui quanto é que vai para as IPSS's, porque há um aumento muito significativo. Há aqui um reconhecimento do PSD, tanta fazer de conta que não, mas depois, a par e passo, percebe-se que de facto há aqui aumentos muito significativos. No caso concreto de Vagos, este Município vai receber para o próximo ano os seguintes valores: de FEF corrente qualquer coisa como quatro milhões e novecentos e trinta e oito mil euros; de FEF de capital quinhentos e quarenta e oito mil euros; do tal IRS dos vaguenses quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e setenta e sete euros; uma série de outras verbas que dá um total de onze milhões oitocentos e trinta e quatro mil cento e setenta e dois euros. Quando o senhor Presidente aqui faz grandes declarações em que parece que é a Câmara Municipal que consegue a receita e aqueles "malvados" do estado Central, o Governo, seja ele qual for, apenas taxa os portugueses e depois não fazem a distribuição de verbas pelos vistos não corresponde à verdade. Pelo menos onze milhões de euros para o ano serão para o Município de Vagos. Portanto, era o que faltava que a Câmara Municipal de Vagos não fizesse alguma coisa, quer em termos de atividade corrente como em termos de execução do investimento, pois ficar-se-ia a pensar que teriam ficado com o dinheiro

no cofre e a verdade é que nem isso acontece, porque a Autarquia continua a ter um nível de endividamento. Relativamente ao orçamento de Vagos, como se sabe a posição do grupo municipal do PS é que este Executivo, tal como o anterior, não tem credibilidade nos orçamentos que apresenta face aos níveis de execução que sistematicamente são apresentados e, por isso, este orçamento não lhes merece uma leitura atenta. O senhor Deputado louva quando há Presidentes de Junta com esperança e olham para o documento e veem aqui algum tipo de obras e perspetiva na sua Freguesia, mas todos sabem, na prática, a regra é a Câmara Municipal inscreve três para fazer uma, quando faz. Há duas que estão aqui só para freguês ver. Este documento não merece nenhuma análise específica, ao contrário daquilo que é a grande discussão sobre os orçamentos. A pergunta que deixa é se os vaguenses, que ouçam esta reunião e os que leiam o documento, retiram daqui alguma medida que vá melhorar o seu dia a dia. Em que é que este orçamento vai mudar para melhor a vida dos vaguenses? Questiona. Ao senhor Deputado parece-lhe que isso não aconteça. O senhor Presidente da Câmara já referiu hoje, por diversas vezes, propostas da oposição, mas o senhor Deputado não se recorda que tenha dito que acolheu alguma. Se não vale a pena uma grande análise sobre o orçamento perguntas que faz vão para três aspetos que não estão no documento. Primeiro, não está nenhuma referência expressa e detalhada sobre os 50 Anos do 25 de Abril, e segundo o grupo municipal do PS é um erro e passa má imagem do Concelho de Vagos. Em segundo, não há uma palavra sobre o Aveiro Capital da Cultura. O senhor Deputado ouviu por parte do senhor Presidente de Câmara de Aveiro que era um momento de cultura do Distrito de Aveiro, dos Concelhos limítrofes com o Concelho de Aveiro. Não há nem no orçamento nem no plano de atividades nenhum acréscimo de eventos culturais no próximo ano. Em terceiro, prende-se com o pessoal, os anexos que vêm neste documento têm o quadro de pessoal e as contratações previstas e é estranho que, uma vez mais, e já foi dado o alerta no ano passado, não haja nenhuma referência à Saúde. A Câmara Municipal continua a não ser consequente. A contragosto aceitou a transferência de competências, mas não há ninguém na Câmara Municipal que possa acompanhar estas matérias. Esta matéria vai ser cada vez mais relevante e o senhor Deputado considera que os vaguenses percebem que a câmara Municipal devia mesmo ter pessoas que acompanhassem a questão da Saúde que soubessem do que falam, quando falam de Saúde. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu, sem querer substituir-se à resposta do senhor Presidente da Câmara, que este ano o orçamento da Assembleia Municipal foi muito mais dotado financeiramente e tem como objetivo a organização das Celebrações dos 50 Anos do 25 de Abril. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação às questões do senhor Deputado Sidónio Sansana os “buracos negros” foram assumidos, claramente, pela Câmara Municipal. A Autarquia tem a consciência que há algumas competências, nomeadamente a educação, desde o dia zero, que iriam ser deficitárias para o Município. O que a Câmara Municipal entendeu que o ganho que teria com o facto de aceitar a transferência de competências, e fê-lo logo que foi

possível, importante e aquilo que poderia devolver aos alunos e a todo o corpo docente e desce compensa financeiramente as perdas que se tem no processo. Quanto à questão do Centro Náutico da Vagueira o senhor Deputado tem razão. A Câmara Municipal está com um conflito com o empreiteiro e está a dirimir essa situação, esperando conseguir fazê-lo a bem e não ter de seguir para outros meios para garantir aquilo que é o cumprimento de um contrato que está estabelecido entre o Município e o empreiteiro. Em relação à ligação da zona industrial à A17 continua a dizer que ainda bem que já existe um projeto, mas esse projeto já existia quando os senhores do CHEGA lá foram. O senhor Deputado Sidónio Sansana não foi lá ver, mas não deixa de transmitir essa mensagem e fala de uma coisa que não sabe. O projeto sempre existiu e foi sempre o mesmo, projeto esse que é utilizado para adquirir as parcelas necessárias. Se não existisse um projeto não fazia sentido adquirir parcelas de terreno, sem saber exatamente por onde a estrada iria passar. O projeto existe há vários anos e está, neste momento, em fase de conclusão, não se quis ainda concluir porque pode haver um sítio onde se poderá ir tirar mais a uma parcela do que a outra fazendo alguns ajustamentos. Concluído o projeto lançar-se-á a empreitada. O orçamento não tem nada de ficção e terá sido dos mais simples que esta Câmara Municipal executou, quer enquanto Presidente de Câmara quer enquanto Vereador, porque a clareza com que hoje se consegue obter os números é muito maior que a incerteza que se tinha noutros cenários, embora se esteja sempre sujeito a algum grau de incerteza. Na verdade, aquilo que o senhor presidente hoje pode garantir aos membros desta Assembleia Municipal é que o orçamento de dois mil e vinte e três, que se está neste momento a executar, irá ser o que vai ter maior número de execução de receita de sempre, ultrapassando inclusive o ano em que se recebeu o PAERL. O Município irá estar muito próximo dos vinte e dois milhões de euros de receita durante o ano de dois mil e vinte e três. Isto contraria a teoria do senhor Deputado Sidónio Sansana e do senhor Deputado Óscar Gaspar. Quanto às questões do senhor Deputado Hugo Santos o senhor Presidente também tem alguma expectativa para perceber, depois de estar contemplado no orçamento as obras que o senhor Presidente da Junta pediu, qual será a sua orientação no sentido de voto. Quando se pedem contributos às Juntas de Freguesias elas dão-nos e a Câmara coloca-os no orçamento. Se não for uma perspetiva política, e tendo em conta que se aceitaram as propostas, o senhor presidente está na expectativa quanto ao sentido de voto. Em relação à Escola Básica de Ouca estão os dois de acordo, porque obviamente hoje tornou-se cada vez mais necessária, e se isto acontece é porque a Câmara Municipal tem algum mérito de trazer pessoas para o Concelho, dinamizar o Concelho, criar emprego e ter mais crianças nas escolas. Relativamente às questões do senhor Deputado Sérgio Martins, realmente é verdade que se olha sempre para os grandes números e às vezes esquece-se as pequenas coisas. As pequenas coisas é não só na ação social, os quinhentos mil euros para um apoio que pode resolver a vida de uma família, ou do apoio de duzentos e tal euros na prestação de uma casa como ainda se fez esta semana, mas também no património. Por vezes, fala-se em montantes pequenos, como por exemplo apoiar as associações, desportivas, culturais, recreativas, e esses números, que são pequenos, mas têm um impacto muito grande na vida da comunidade. Quanto às questões do senhor Deputado Alexandre

Marques considerou como sendo um elogio, e agradece, quando fez referência aos bons resultados dos números. É exatamente isso que se tem visto no Concelho, porque de facto os números são evidentes. O senhor Presidente nunca ouviu nenhum Deputado Municipal a contradizer que haja mais empresas, mais emprego e mais pessoas a viver em Vagos. Se isto são os números depois o impacto vê-se na vida das pessoas, é sinal que as pessoas gostam de viver em Vagos, têm boas condições para cá estarem. É muito importante que os números depois tenham consequências na vida das pessoas. Em relação à Requalificação do Palacete, e o seu término ainda em dois mil e vinte e quatro, há uma questão com o nome que tem precisamente a ver com a estratégia do Executivo para a Regeneração Urbana. A obra chama-se Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro, e às vezes cria alguma confusão, mas o que se vai fazer é requalificação e ampliação do Palacete que tem subjacente um Auditório de trezentos e sessenta lugares. A Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro custa quatro milhões de euros, ainda sem este ajustamento que irá ser feito, e tem todo o projeto de requalificação do edifício existente, que agora não vai ser requalificação e sim uma nova construção, e a ampliação. O senhor presidente não percebe, na maior parte das vezes, de onde vem a confusão, visto que este documento foi aprovado em sede de reunião de Câmara e foi discutido aqui na Assembleia Municipal. A obra irá ser concluída em dois mil e vinte e quatro ou janeiro de dois mil e vinte e cinco, mas o senhor Presidente deixa a garantia de que terá a execução a velocidade cruzeiro. Em relação ao acesso à informação do Museu do Brincar aquela informação que consta do documento são as receitas, é o valor bruto, depois tem de se pagar as despesas. O Museu do Brincar não é nenhum café snack bar para dar lucro, é um investimento cultural que se fez no Concelho e há neste momento um património que foi avaliado em duzentos e tal mil euros, que a Câmara Municipal está a adquirir aos poucos. Se o senhor Deputado quer ter acesso à informação ser-lhe-á fornecido, o que é que já se pagou e o que é que já está do lado da Autarquia. O Museu do Brincar não é um investimento para dar lucro e sim para ir pagando as despesas e para estar ao serviço da população. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente não vai entrar numa discussão sobre o orçamento de Estado, porque iria levar a uma divergência daquilo que interessa discutir e já não há paciência para isso. O senhor Deputado referiu quatro milhões e nove mil euros que vêm do FEF corrente e o senhor Presidente refere seis milhões de euros de despesas com pessoal. Por muito que custe admitir foi a dinâmica que o Executivo implementou no Concelho que permitiu criar mais receita embora não aumenta-se os impostos, porque de facto conseguiu-se fazer isto. O Município tem IMI está na taxa mais reduzida e tem as taxas mais baixas de construção e de urbanização e não há necessidade de aumentar isso e tem sido feito investimento. O senhor Deputado não vê obra, mas os vaguenses veem, acha que o Executivo não tem credibilidade, mas os vaguenses consideram que sim, acha que não são tomadas medidas que vão ao encontro da população, mas a população vota 70% no PSD. Enfim, poderá ser um problema de dioptrias, porque as pessoas veem de maneira diferente do senhor Deputado. Em relação às Comemorações do Aniversário do 25 de Abril não constam do orçamento propositadamente, porque sempre foi assumido pela Câmara Municipal que colaboraria com a

Assembleia Municipal nos termos que vierem a definir. O valor atribuído à Assembleia Municipal aumentou, o senhor Presidente da Assembleia tinha pedido um valor e o senhor Presidente da Câmara até sugeriu um pouco mais para que fique devidamente contemplado. Ao contrário do Partido Socialista a Câmara Municipal nunca quis ter nenhum protagonismo com as Comemorações do 25 de Abril. O que a Câmara Municipal quer é que corra tudo bem, está disponível para colaborar com o senhor Presidente da Assembleia Municipal e dá-lhe a primazia de definir aquilo que são as atividades do 25 de Abril. A Câmara Municipal colaborará com a Assembleia Municipal no que for necessário e não terá nenhum plano paralelo. Quanto à ausência de referências a Aveiro Capital da Cultura recomendou a leitura da página cinquenta nove, no Plano Plurianual, que está lá, mas não precisava de estar, porque Aveiro Capital da Cultura, embora tenha lá uma “miséria” de um dinheiro que o Governo dá ao Município de Aveiro para fazer, a colaboração dos Municípios vai sair à conta de cada um. O que vai ser feito é associar eventos que já se fazem no Município de Vagos ao programa da Aveiro Capital da Cultura. Para já o evento que está referenciado é o Vagos Sensation Gourmet, mas poderão haver outros. Relativamente à transferência de competências na área da saúde irá ser discutida a seguir, mas é gritante a ausência de resposta por parte do Governo, que respondeu hoje depois do senhor Presidente tanto insistir com telefonemas. Aquilo que existe e a correspondência que foi trocada, e que foi dado conhecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, é vergonhoso por parte do Governo. O Governo, basicamente, o que queria era obter a assinatura do Presidente da Câmara que disse ao ajunto do senhor Ministro que se hoje não estivessem reunidas condições para aceitar a transferência de competências ele próprio diria aos membros da Assembleia Municipal para chumbarem. Não tinha nenhum problema com isso. As circunstâncias políticas que o País atravessa não justificam que hoje se criasse mais um problema e mais um embaraço às pessoas. O senhor Presidente considera que o Partido Socialista geriu a saúde em Portugal da forma como está à vista de todos, e os portugueses respondem a isso. Como não foi capaz de resolver tem de entregar isso às Autarquias, mas é preciso entregar com algumas condições, e o Partido Socialista e o Governo não tinham cumprido até à data de hoje nenhum dos compromissos, apenas cumpriu um, a entrega das viaturas elétricas. Em relação às propostas da oposição, o CHEGA fez uma proposta que já está em execução que usar o Museu do Brincar como uma série de posto de acolhimento turístico e até faz um elogio à Câmara Municipal, que o senhor Presidente fez questão de ler, *“com a dinamização dos novos post de animação turística no Concelho, como são exemplo as Azenhas e os Trilhos do Boco, justifica-se a criação na sede de uma infraestrutura de apoio.”* Sinal que se está a trabalhar bem no turismo. A requalificação do Largo Parracho Branco está incluída nos Bairros Digitais. O Ecocentro Municipal está previsto no orçamento, e já vem de alguns anos a esta parte. Não foi aceite a proposta monetária do mérito escolar, mas há o apoio aos alunos carenciados. Quanto às propostas do CDS, fez a do IRS, com a qual a Câmara Municipal não concorda, e outra que não é aplicável sequer aqui à discussão do orçamento que a revisão do Regulamento dos Projetos de Interesse Municipal. O senhor Presidente já havia dito ao senhor Vereador do CDS que havia toda a disponibilidade de rever o

regulamento. Agora o que o Executivo Municipal não se faz no regulamento é aquilo que o Partido Socialista faz, ou seja, chamara as empresas e dar-lhe determinadas condições e a meio do percurso mudar as condições. Quanto ao Partido Socialista, também fez uma série de proposta, algumas delas sem qualquer espécie denexo, como por exemplo, a aquisição de viatura de lavagem e aspiração de pavimentos e vias públicas podendo servir todo o Concelho. Já foi aprovado aqui, há muito tempo, um contrato de limpeza urbana que contempla essa viatura. Outra proposta, oferta de manuais escolares para todos os alunos até ao 12ºano de escolaridade contribuindo para a igualdade de condições de aprendizagem. O senhor Presidente é contra, jamais, o Estado tem de apoiar as famílias que precisam e não toda a gente. O Partido Socialista confunde igualdade com equidade e por isso é que transformou o país na miséria em que está. Apoio ao funcionamento do Gabinete de Medicina Dentária nos Centros de Saúde, outra proposta. É preciso “*ter lata*” para fazer esta proposta, uma competência que ainda é do Governo, que só é assinada a partir do dia um de janeiro. O Governo nunca fez, mas agora a Autarquia tem de começar a fazer. Mais uma proposta, integração das associações e produtores culturais locais na gestão e programação de atividades culturais do Município. O senhor Presidente já havia dito que é o programa REVELA-TE. Depois a questão da redução da participação do Município de Vagos na taxa de IRS para 3%, mas a Câmara Municipal até fez uma coisa melhor que esta proposta do Partido Socialista. Criação de um circuito de transportes entre Freguesias, zonas industriais e sede do Concelho contratando dois miniautocarros elétricos. Também andam distraídos, está na BUSWAY que a rede de transportes vá às zonas industriais. Aceleração de projetos de apoio à habitação e recuperação urbana incluindo o acordo em curso com o IRU, já estava em dois mil e vinte e três e está em dois mil e vinte e quatro. Organizar uma exposição com material de Serralves, também já está previsto. Maior apoio às IPSS's a ser devidamente protocolado, é isso que já está referido no orçamento e que a Câmara Municipal já faz há muitos anos. Criação de um Festival de Teatro em Vagos em pareceria com os grupos de teatro do Concelho, só há um grupo de teatro no Concelho efetivo e a trabalhar, é uma ideia boa, mas mal-enquadrada manifestando um profundo desconhecimento do Concelho. Portanto, estas são as propostas da oposição. Aquelas que se entender aceitar aceitam-se, mas o orçamento é um documento que procura cumprir o plano e o programa que o PSD apresentou aos eleitores. -----

----- **Óscar Gaspar**: O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara fez aquilo que costuma fazer, ou seja, fez uma pergunta sobre o pessoal relativo à saúde e divergiu imediatamente para as questões de política geral e com estribilhos contra o Governo. Enfim, é o que é, mas respostas zero, que os vaguenses saibam que a aposta deste Executivo Municipal em relação à saúde é zero, não está minimamente preocupado com a questão da saúde no Concelho de Vagos, perde-se em politiquices. Eventualmente, já estará a fazer campanha para daqui a três meses, para o lugar de Deputado, e o senhor Deputado Óscar Gaspar espera que defenda tão bem o Município como o Deputado Rui Cruz o está a fazer, mas não parece, minimamente, preocupado já com o Concelho de Vagos. -----

----- **Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que em relação às intervenções do Partido Socialista, e não se foca só no senhor Deputado Óscar Gaspar, é preciso “*ter lata*” vir aqui dizer que o Município de Vagos não se preocupa com a saúde. Não se preocupa com a saúde vendo todos o estado em que está a saúde do país e que é uma competência do Governo, que por acaso é um Governo Socialista. Efetivamente, percebe-se que a intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar hoje, aqui, seja um pouco fora do normal. Normalmente, até tem mais graça e até consegue chamar à atenção para alguns pontos onde pode deixar a dúvida se existe ou não alguma razão. Hoje percebeu-se que esteja cansado, com a campanha eleitoral interna do Partido Socialista, e se calhar preocupado com quem ganhou, ou não, as eleições. O PSD com isso não está preocupado, ao contrário do PS que está muito preocupado com o desfecho do que é que irá acontecer em março de dois mil e vinte e quatro. O que se espera é que mude. É engraçado ver a forma como intervém aqui, é que normalmente até já está a olhar para as câmaras e percebe-se perfeitamente que o Partido Socialista quis aproveitar esta oportunidade, que o PSD considera justa, da transmissão online da Assembleia Municipal. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que não percebe porque é que o senhor Presidente entendeu que fez confusão com a obra do Palacete. Já todos entenderam o que aquilo é e o senhor Deputado não gostou da resposta, “*parece conversa de café*”. O senhor Deputado vai reiterar aquilo que disse e vai deixar, a quem de direito, a entrega do documento e só tem a dizer que se diminua a despesa e verá que as propostas do CDS são mais exequíveis e mais do que comportáveis. -----

-----**Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que já percebeu que os membros da Assembleia estão com o regimento na mão e muito preocupados com o artigo 15º e 16º. O que diz o regimento é que os trabalhos não podem ultrapassar as vinte e quatro horas, a não ser que haja uma deliberação expressa do plenário. Assim sendo, está-se prestes a colocar este ponto à votação, mas atendendo à hora o que o senhor Presidente da Mesa quer saber é se é para terminar a ordem de trabalhos, e ultrapassa-se esta questão das vinte e quatro horas, ou interrompe-se e continua-se a discussão numa próxima reunião a agendar. A proposta é simples, ou seja, ou há uma deliberação para continuar os trabalhos e para terminar a ordem de trabalhos e ultrapassar as vinte e quatro horas, como diz o nº1 do artigo 16º do regimento, ou continua-se noutro dia. A proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia, submetida à votação, foi aprovada por maioria, com dois votos contra do grupo municipal do PS. Assim sendo, continuaram-se os trabalhos. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que se o senhor Deputado Alexandre Marques ficou ofendido pede desculpa. Em relação à documentação que pediu referia-se ao Museu do Brincar e foi essa que o senhor Presidente disse que disponibilizava e não a do Palacete. A documentação do Palacete será colocada à disposição de todos os membros da Assembleia Municipal quando estiver concluído o processo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com sete (7) votos contra, dois (2) do grupo municipal do PS, e cinco do grupo municipal do CDS, António Bastião, Alexandre Marques, Diana Julião, Óscar Lopes Francisco e Rogério Paulo Soares, e duas (2) abstenções, do grupo municipal do CHEGA e do senhor Deputado Hugo Santos. aprovar o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2024. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto onze da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO ONZE: SAÚDE – PROTOCOLO DE ACORDO NO ÂMBITO DE APOIO A UNIDADES DE SAÚDE;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 6 de outubro de 2023, que ratifica o Protocolo de Acordo no Âmbito de Apoio a Unidades de Saúde, outorgado entre a senhora Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP/ACES Baixo Vouga, e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vagos, em 26/09/2023, que tem por objeto o apoio na prestação de serviços no atendimento de utentes que recorram ao Polo de Covão do Lobo, Unidade que integra a USF Vagos Sul, e ao Polo da Gafanha da Boa Hora que integra a USF Senhora de Vagos. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação dos pontos onze e doze, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal. O senhor Presidente referiu que a documentação que foi enviada aos membros da Assembleia Municipal era a que tinha. No entanto, hoje, por descargo de consciência, e porque entendeu que o devia fazer, ligou, por um dever de lealdade institucional, ao adjunto do senhor Ministro. O adjunto do senhor Ministro achou estranho que não estivesse prevista a verba no PRR, porque o Município não havia sido alertado, e havia sido garantido que a verba estar prevista no PRR para a requalificação da obra de Soza e Ponte de Vagos. Entretanto, o adjunto entrou em contacto com o senhor Presidente e antes da sessão da Assembleia Municipal enviou um e-mail a informar que está uma verba prevista no PRR, mas não foi dado conhecimento à Câmara Municipal. A ARS é uma inexistência e o ACES igual, mas a ULS vem substituir essas estruturas todas, e ainda bem porque também não funcionavam. A verba inscrita no PRR era mais um dos compromissos. -----

-----**Deliberação:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----
----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto doze da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOZE: SAÚDE – AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSC- 053/2023.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 6 de outubro de 2023, que remete à Assembleia Municipal o Auto de Transferência n.º ARSC_053/2023, outorgado em 26/09/2023, entre o senhor Ministro da Saúde, a senhora Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional do Centro, I.P, e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vagos,

respeitante à transferência de competências para o Município de Vagos, no domínio da saúde, em cumprimento do que determina o artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro. -----

-----**Hugo Santos**: O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que existe aqui também alguma expectativa, nomeadamente na reabertura das Unidades de Saúde. O protocolo está essencialmente para apoio administrativo e gostaria de perguntar, uma vez que já reuniram com a Unidade de Saúde Sul, qual é a proposta que existe para a reabertura. Ao que parece em relação a Unidade de Saúde N.ª Sr.ª de Vagos não há novidades, mas seria importante ter essa noção o quanto antes. No acordo de transferência o senhor Deputado traz um pouco de contexto para os buracos negros. A transferência que está prevista são cerca de trezentos e trinta e oito mil euros. No entanto, em todas aquelas que vão ser transferidas não aparece qualquer tipo de rubrica para: arranjos exteriores, viaturas, encargos com meios de deslocação, seguros de estabelecimento de saúde, manutenção de sistemas de aquecimento, atividades de gestão e manutenção de sistemas de proteção de incêndios e extintores, desinfeção e manutenção e conservação dos elevadores vinte e cinco euros. Sem estas rubricas já há um défice de vinte mil euros. A questão é muito simples, alguns Municípios já assumiram a transferência e já tiveram alguns problemas, nomeadamente no pagamento das deslocações. Em Vagos os cuidados de saúde primários têm uma viatura, recorrem aos serviços de táxi e alguns profissionais usam a sua viatura própria. Nos Municípios que já assumiram a transferência o comunicado um dos Municípios fez foi informar que a partir de determinada data não há nem viatura para deslocação nem serviço de táxi. Esta postura está a condicionar o acesso aos cuidados de saúde. O que o senhor Deputado pretende é deixar este alerta, porque não falta, propriamente, muito. Desengane-se quem pense que a ULS vai resolver “este mundo e o outro”. A ULS de Matosinhos é pioneira e mesmo assim não há dados objetivos que digam que funciona muito bem, e é uma zona muito restrita. A ULS da Zona de Aveiro é grande. A questão é relação ao apoio administrativo e a reabertura das Unidades o que é que está a ser negociado. Entretanto, alerta para os buracos negros aqui falados, porque não são assim tão longínquos quanto isso, uma vez que a partir do dia um de janeiro já há deslocações agendadas e é importante que os profissionais não fiquem a pé. --

-----**Óscar Gaspar**: O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação há questão do passado já o disse, e repete, que não encontra nenhuma justificação para o senhor Presidente da Câmara não ter incluído a visita do senhor Ministro da Saúde e a assinatura deste protocolo na cerimónia na Ponte de Vagos, na informação do Presidente. O Presidente da Câmara considera que não é relevante, que não foi dos factos relevantes do trimestre. O senhor Deputado recorda que se criou, e bem, legitimamente, algum alarme social há uns meses por causa da situação da saúde em Vagos. Entretanto, agora quando se começa a encontrar soluções para essas questões parece que isso já não é relevante, o que é de lamentar. É desta forma também que se quebra algum tipo de pontes e de relações que poderiam facilitar a resolução de uma série de problemas. Por outro lado, saúda o facto, que o senhor Presidente também realçou, da obra estar prevista no PRR e, portanto, haver obra na saúde em Vagos. O senhor Deputado referi que lhe compete aqui dizer que é importante que o país não pare, ao contrário daquilo que algum PSD

defende, que é um pouco quanto pior melhor. O Governo está em gestão, mas dezembro, janeiro, fevereiro e março, e ir-se-á ver até quanto, é importante que as matérias continuem o seu ritmo normal, nomeadamente a questão dos avisos do PT2030, do PRR e na área da saúde. A situação da saúde, obviamente, que é preocupante. Em todos os inquéritos de opinião a situação da saúde é a questão que mais preocupa os portugueses e o senhor Deputado considera que isto deve ser uma preocupação de todos. Não serve de desculpa o facto de também os espanhóis, os italianos, os ingleses e os franceses estarem com problemas, o problema é também português e tem de se resolver. O senhor Deputado entende que o problema da saúde resolvesse com reformas de fundo e o facto de se ter criado uma Direção Executiva com poderes de planeamento e poder de toda a gestão da parte assistencial do SNS pode ser uma componente importante, assim como a criação das ULS's. Foi referido que a ULS de Matosinhos é apenas de um Concelho, mas há ULS's bastante grandes como a do Alto Minho, que envolve todo o Distrito de Viana do Castelo, portanto, os dois hospitais de Viana e todos os ACES. Há também uma ULS que engloba todo o Distrito de Bragança e mais uma série delas no país. Resolverá todos os problemas? Não resolverá com toda a certeza. Agora, que pode contribuir para resolver pode, nomeadamente porque altera, de forma muito substancial, o modo de financiamento da saúde e pode permitir ter aqui um reforço. O senhor Deputado é daqueles que entende que é preciso mais gestão, mas também é preciso mais verba para o SNS. No caso de Vagos, e o senhor Deputado já fez esta pergunta há duas Assembleias atrás, supõe que a Câmara Municipal também está a acompanhar o processo e sabe exatamente o que é que vai acontecer na ULS de Aveiro e está integrada e consciente daquilo que vai ser o seu papel, porque as Autarquias Locais passam a ter um assento que não é aquele que têm hoje no ACES, passam a ter um assento mais direto na gestão da ULS. Nestas coisas mais competências quer dizer também mais responsabilidades, e é bom que se tenham e bom sabe-las exercer. -----

-----**Andreia Marques:** A senhora Deputada Andreia Marques usou da e começou por dizer que o risco de o país estar parado se deve, exclusivamente, ao Governo do Partido Socialista, que estava com uma maioria absoluta e está-se à porta de eleições. Em relação ao ponto onze o grupo municipal do PSD de Vagos nesta Assembleia, e fora dela, tem encetado esforços possíveis no sentido de promover a acessibilidade dos vaguenses aos cuidados da saúde. Em concreto tomando diligências que pudessem culminar na reabertura das Extensões de Saúde de Covão do Lobo e da Boa Hora. Este acordo entre a ARS e a Câmara Municipal de Vagos, datado de setembro, mais não é do que o corroborar desses mesmos esforços. Portanto, o primeiro passo foi dado, falta o seguinte que é abrir os serviços. Aqui, certamente, que o Governo Socialista, e o Dr. António Costa, não se poderá escudar na falta do serviço administrativo para não garantir médico de família a todos os portugueses e a todos os vaguenses, conforme prometido em tempos de campanha eleitoral. Em relação à descentralização, sem dúvida que ela assume uma nova forma de governação, ocupa um lugar de destaque na agenda política e, sim, a ULS poderá ser o futuro, mas não será suficiente. A senhora Deputada concorda com o senhor Deputado Óscar Gaspar, quando diz que há uma necessidade de gestão na saúde. Em relação ao aumento do financiamento na saúde, talvez, mas o financiamento nos últimos quatro anos não traduziu

essência na eficácia do Sistema Nacional de Saúde. É um facto que os portugueses nunca estiveram tão expostos a um Sistema Nacional de Saúde tão frágil. Os Municípios deverão ter intervenção, mas certamente não será com seis elementos no Conselho de Administração da ULS que um elemento da CIRA que representa todos os Municípios terá uma intervenção assim tão grande como aquela que o senhor Deputado Óscar Gaspar quis deixar passar há minutos atrás. Em relação ao exercício em si, da competência por parte do Município, será de certo importante, desde logo no resenho e na implementação de estratégias de saúde que terão, necessariamente, que passar pela elaboração de uma estratégia municipal de saúde, através de um Conselho, desafiando-se assim a novas abordagens nesta que será a nova governação com ênfase nas redes locais, nas necessidades específicas da população e nas respostas que a comunidade tem. Portanto, é com bons olhos que o grupo municipal do PSD vê o aceitar destas competências, pese embora as reticências que terá, naturalmente, por consciência das lacunas dos pontos negros já aqui falados. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que não irá fazer grandes comentários, porque na intervenção da senhora Deputada Andreia Marques foi dito quase tudo. O senhor Presidente reconhece que o facto de não vir nenhuma referência, na informação, à visita do senhor Ministro da Saúde ao Concelho é um lapso, assume o erro e pede desculpas. Contudo, não é isso que quebram laços, porque o senhor Presidente fez questão de no dia ter aparecido ao lado do senhor Ministro em todas as televisões. Mas o que quebra elos é chegar a uma reunião no Covão do Lobo com os responsáveis da USF e do ACES e este último perguntar on que é que dizia o protocolo que a Câmara Municipal assinou com a ARS. O senhor Presidente ficou logo desnortado e perguntou se a ARS não lhe tinha dado conhecimento do protocolo que assinou. O senhor Presidente enviou um e-mail a vinte e três de outubro e poderia ter vindo, hoje, para aqui sem esta informação, porque a ARS não deu a informação. O aviso é de vinte e tal de novembro. É verdade que no dia 23 de outubro quando enviou o e-mail, que deu conhecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ainda não havia essa informação, mas na verdade nunca foi dada resposta. O senhor Presidente sabe esta informação porque teve o cuidado, com o dever de lealdade que tem enquanto Presidente de Câmara, independentemente da cor política de quem está no Governo de fazer um telefonema antes de vir para a Assembleia e obter esta informação que foi enviada num e-mail às dezoito horas e dez minutos. Isto é que é quebra de lealdade. O senhor Deputado Óscar Gaspar sabe perfeitamente que este aviso, a solicitar aos membros da Assembleia Municipal votassem contra a transferência de competências, foi feito no dia e não será capaz de desmentir isto, porque recorda-se bem da conversa. A ameaça do Município não ficar com a transferência de competências, caso não fosse respeitada a vontade dos vaguenses, esteve desde o primeiro dia equacionada. O senhor Presidente assinou porque até às oito e tal da manhã houve uma trocar e-mails para garantir que o interesse dos vaguenses ficava em primeiro lugar. O senhor Ministro queria muito assinar, e ainda andam aflitos para assinar os protocolos de transferência de competências, para cumprir com as obrigações do PRR. O senhor Presidente disse que não queria criar nenhum

engulho ao Estado, tinha era de ter a garantia para os munícipes. E foi assegurado, está hoje no aviso essa verba de um milhão e setecentos e qualquer coisa mil euros para as três intervenções: Gafanha da Boa Hora, Soza e Ponte de Vagos. A questão de Ouca será resolvida posteriormente, não é por aí que o Posto médico de Ouca estará encerrado. Há aqui condições de fazer alguma coisa, há que ter uma política integrada, tem de se olhar para a área da saúde na ótica, exatamente, da saúde e não a de tratar a doença. Tem de se ter planos preventivos e haverá capacidade de os implementar, sendo certo que é preciso em primeiro fazer o estudo para se perceber bem, porque esta competências nunca esteve nos Municípios. O senhor Presidente admite que Autarquias grandes possam ter pessoas que se dediquem a isso, mas Vagos não tem. Mais uma ajuda a juntar aquilo que o senhor Deputado Hugo Santos aqui falou, relativamente às despesas. No que diz respeito à aquisição de viaturas aparece lá na listagem uma viatura elétrica para o Município de Vagos. Tudo isto é com muito esforço, tudo o que se passa na saúde e que é discutido é sempre com muito esforço, parece que se está a pedir alguma coisa, que não se querem libertar da “capelinha”. O senhor Presidente sempre disse, e não lhe custa nada admitir, que a relação até hoje, embora com estes interregnos e com estas dificuldades, com o Ministério da Saúde, desde o tempo deste atual Ministro, não tem sido negativa, muito pelo contrário. Já a gestão do Ministério da Saúde enquanto um todo já se pode entrar em outra discussão. Mas, para aquilo que interessa hoje aqui estão reunidas as condições para ficar com esta competência e de a exercer muito melhor do que o Estado Central fez ao longo deste tempo, embora esta competência é quase nada, também é bom que se tenha essa noção. Se é pouca nas outras áreas na saúde é mesmo quase nada, por isso não vale a pena criar demasiadas expectativas, porque das duas uma, ou o Município se entende bem com a gestão das três USF’s do Concelho, a USF dos lagos, a USF Nª Srª de Vagos e a USF de Vagos Sul, ou então isto não vale de nada. É preciso trabalhar e que as pessoas se entendam e a possibilidade de haver um diálogo mais próximo ajuda a que as coisas corram melhor. -----

----- **Arlindo das Neves:** O senhor Deputado Arlindo das Neves usou da palavra para solicitar um esclarecimento. Com todo o respeito que tem pelos Deputados do CDS, questionou se os Deputados do CDS da Gafanha Boa Hora fizeram alguma coisa pela abertura do Posto Médico. ----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que as únicas pessoas envolvidas na descentralização de competências e deste acordo foi a Câmara Municipal, algumas vezes a senhora Vereadora e outras o Dr. Laerte Pinto. Não houve mais ninguém envolvido. Em abono da verdade o senhor Presidente da Assembleia Municipal. A única pessoa a quem o senhor Presidente solicitou algum auxílio foi o senhor Deputado Óscar Gaspar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, ratificar o referido Auto de Transferência n.º ARSC_053/2023, outorgado em 26/09/2023. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os

trabalhos desta sessão, quando eram cerca das zero horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____